



5ª expotec

**Mostra de Trabalhos e Projetos dos Técnicos
de Nível Superior da Prefeitura de Porto Alegre**

de 20 a 30 de outubro de 2017,
na Câmara Municipal de Porto Alegre

Catálogo das Sinopses de Trabalhos e Projetos



Astec – Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre



ASTEC – ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Rua Barão do Triunfo, 419 – Conj. 304 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre – CEP 90130-101
Tel.: (51) 3217-2921 3219-6666 9629-1075
E.mail: atendimento@astecmpa.com.br
Website: www.astecmpa.com.br
Facebook: www.facebook.com/astecmpa

5ª EXPOTEC

Mostra de Trabalhos e Projetos dos Técnicos de Nível Superior da Prefeitura de Porto Alegre
20 a 30 de outubro de 2017
Câmara Municipal de Porto Alegre

COMISSÃO DE SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Eng. Civil Sérgio Brum
Enf. Lurdes Maria Toazza Tura
Eng. Civil Sandra Laufer
Eng. Civil Adinaldo de Fraga
Bibl. Carmem Maria Lapolli von Hoonholtz

Secretaria: Marta Rosi Souza dos Santos
Andressa da Costa

Assessoria de Comunicação: Jorn. Ruvana De Carli (Reg. Prof. MTb/RS 5534)

Tiragem: 150 exemplares
Projeto gráfico: Marcavisual
Revisão ortográfica: Ruvana De Carli
Fotos e/ou ilustrações: Fornecidas pelos autores

Direitos reservados aos autores

Disponível também em: www.astecmpa.com.br

CATALOGAÇÃO – DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) – BRASIL

E96c Expotec: Mostra de trabalhos e projetos dos técnicos de nível superior da Prefeitura de Porto Alegre. (5.:2017:Porto Alegre)
Sinopses de trabalhos e projetos. Porto Alegre: Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre, 2017.
48 p. il. 21 x 29,7 cm

1. Gestão pública municipal – Porto Alegre 2. Trabalhos técnicos - Porto Alegre. I. Brum, Sérgio, Coord. II. Título.

CDU (Edição-padrão internacional em língua portuguesa)
352(816.51)(061.3)

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Os trabalhos são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente a opinião da Astec.

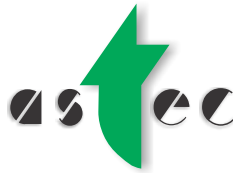
Sumário

APRESENTAÇÃO	5
EIXO TEMÁTICO – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
COMPETÊNCIAS DE FORMAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO	7
CONTROLE DE EFETIVIDADE ELETRÔNICO – APERFEIÇOAMENTOS DA MÁQUINA PÚBLICA, A PARTIR DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO TECNOLÓGICO, MODERNO E TRANSPARENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL	11
EIXO TEMÁTICO – EDUCAÇÃO, CIDADANIA E CULTURA	
EQUIPE DE BIBLIOTECAS DA SMAMS CONTRIBUINDO PARA A CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA ATRAVÉS DA LITERATURA INFANTO JUVENIL	13
LIVRO ANDARILHO	15
REDE DE BIBLIOTECAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	17
SARAU CAFÉ COM LETRAS	19
EIXO TEMÁTICO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: SUA GUARDA E DISSEMINAÇÃO NA BIBLIOTECA DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO	21
EIXO TEMÁTICO – MEIO AMBIENTE E SAÚDE	
ALTA HOSPITALAR QUALIFICADA E O PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR (PTS) COMO APROXIMAÇÃO ENTRE A ATENÇÃO ESPECIALIZADA E A ATENÇÃO PRIMÁRIA	24
AMBIÊNCIA EXTERNA EM SAÚDE: INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA NO HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS (HMIPV)	25
ARBORIZAÇÃO URBANA: ÍNDICE DE SOBREVIVÊNCIA DE MUDAS PLANTADAS EM ÁREAS PÚBLICAS EM PORTO ALEGRE	27
COINFECÇÃO HIV/SÍFILIS NA GESTAÇÃO E TRANSMISSÃO VERTICAL DO HIV: UM ESTUDO A PARTIR DE DADOS DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	29
CONSTRUÇÃO DE NORMA TÉCNICA PARA REMOÇÃO DE NINHOS DE CATURRITAS <i>MYIOPSITTA MONACHUS</i> , EM TORRES DE TELEFONIA	32
É PRECISO INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NO PRÉ-NATAL?	35
GRUPO DE APOIOS AOS PAIS CUIDADORES DA UTI NEONATAL DO HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS – HMIPV	37
MORRO SÃO PEDRO: IMPORTANTE PRODUTOR DE ÁGUA DOCE DA CIDADE DE PORTO ALEGRE	39
QUALIFICAÇÃO DA REDE DE FRIO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	40
SERVIÇO DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE SEXUAL (SAISS): SERVIÇO DE REFERÊNCIA EM DISFUNÇÕES SEXUAIS, VIOLÊNCIA SEXUAL E ABORTO LEGAL DO HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS/ PMPA	42
UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR: ATENDIMENTO CONJUNTO EM NUTRIÇÃO E TERAPIA OCUPACIONAL À GESTANTE COM DIABETE MELLITUS NO HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS – HMIPV/SMS	44
EIXO TEMÁTICO – PLANEJAMENTO URBANO, HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA	
ANALISE COMPARATIVA DAS REFERÊNCIAS DE NÍVEIS DO LAGO GUAÍBA E AS CONSEQUÊNCIAS SOBRE A CIDADE DE PORTO ALEGRE	45
PROJETO DE RENOVAÇÃO DA ILUMINAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO	47



Registros fotográficos de edições anteriores da Expotec, realizadas no Mercado Público, Câmara Municipal e Bourbon Shopping Wallig.





Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

GESTÃO 2017-2018 – RESPEITO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:	Eng. Civil Sérgio Brum
Vice-Presidente:	Enf. Lurdes Maria Toazza Tura
Diretor Administrativo:	Adm. Raul Giacobone
Diretor Financeiro:	Eng. Agr. Irineu Foschiera
Diretora de Relações Trabalhistas e Sindicais:	Enf. Juliana Maciel Pinto
Diretora Cultural:	Eng. Civil Sandra Laufer
Diretor de Relações com Apos. e Pensionistas:	Eng. Civil Adinaldo de Fraga

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente:	Téc. Com. Soc. Adroaldo Corrêa (Previmpa I)
Vice-Presidente:	Enf. Patrícia Wiederkehr (SMS)
Fasc:	Eng. Ênio Coelho
PGM:	Arq. Maria Erni Marques
Previmpa I:	Adm. Herni Michel
	Adm. Liege Mentz
	Arquiv. Aires Oléas
	Eng. Civil João Pedro Nunes
	Eng. Civil Maércio Cruz
Previmpa A + GP + GCS:	Atu. Dalvin de Souza
	Adm. Miguel Kühn
SMA:	Adm. Marcio Vedana
	Psic. Suzana Coelho
SMAMS:	Geól. Carlos Aigner
	Eng. Quím. Deri Calvet da Rocha
SMC+SME:	Arquiv. Gabriel Ferreira
SMF:	Adm. Pedro Aurélio Heffner
SMED:	Prof. Carmen Padilha

CONSELHO FISCAL

Presidente:	Econ. Rogério de Oliveira (Previmpa A)
	Adm. Adriana Paltian (SMF)
	Adm. Jardel Cunha (SMF)

COMISSÃO DE SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA 5ª EXPOTEC

Eng. Civil Sérgio Brum
Enf. Lurdes Maria Toazza Tura
Eng. Civil Sandra Laufer
Eng. Civil Adinaldo de Fraga
Bibl. Carmem Maria Lapolli von Hoonholtz



Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre



Mostra de Trabalhos e Projetos dos Técnicos de Nível Superior da Prefeitura de Porto Alegre

20 a 30 de outubro de 2017

Câmara Municipal de Porto Alegre
Porto Alegre – RS

Sinopses de Trabalhos e Projetos

Porto Alegre
2017

Apoio: CREA-RS

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a **Astec – Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre**, pela quinta vez, reúne, nesta mostra, diversos trabalhos e projetos oriundos dos múltiplos segmentos técnicos da prefeitura da Capital.

Por meio de cinco eixos temáticos, a mostra retrata o comprometimento do quadro de servidores técnicos com seu trabalho.

Expondo parte do potencial dos técnicos de nível superior do município de Porto Alegre, esperamos estar fornecendo elementos para que governo e comunidade possam dar aos servidores o merecido respeito e valorização profissional, restabelecendo a tradição de diálogo democrático – muitas vezes difícil e conturbado, outras vezes fluido e construtivo – mas, que sempre existiu entre servidores e gestores políticos de Porto Alegre.

Em nome de nossos associados, reiteramos à comunidade e ao governo municipal, a certeza de que continuaremos contribuindo com nosso conhecimento e dedicação para a construção de um futuro melhor para a nossa cidade, e esperamos do governo o devido reconhecimento, para que possamos manter a harmonia necessária para atender os anseios da população.

Eng. Civil Sérgio Luiz Brum – Presidente

Astec – Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

GESTÃO 2017-2018 – RESPEITO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

COMPETÊNCIAS DE FORMAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO

Vera Lúcia Broki Brasil

Administradora aposentada da SMA – CRA/RS n.4735 – broki.voy@terra.com.br. Doutora pelo Departamento de Economia da Universitat de Les Illes Balears-Espanha – Pós-Doutora em Educação pela Flórida Christian University-FCU, Flórida-EUA – Professora da Faculdade Mário Quintana (FAMAQUI).

Palavras-Chave: Administrador – Competências Profissionais; Currículo – Curso de Administração; Administrador – Ensino Superior.

OBJETIVOS

- Identificar competências necessárias para os profissionais da Administração,
- Conhecer a percepção dos docentes sobre o currículo do curso de Administração

RESUMO

Este artigo aborda parte do estudo realizado pela autora, oriundo de pesquisa científica entre 35 professores de renomada especialização. A pesquisa de abordagem qualitativa teve por objetivo principal extrair resultados que possibilitem uma proposta integradora de redesenho dos componentes curriculares para o Curso Superior de Administração. Para isso, utilizou-se como estratégia a análise triangular, segundo Moraes (2006), dos dados das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de sete Instituições de Ensino (IES) estudadas e dos Componentes Curriculares dos Cursos, dessas IES. Neste artigo, apresentam-se as Competências de Formação para os Profissionais de Administração, segundo a opinião dos professores pesquisados.

INTRODUÇÃO

O ensino superior amplia-se a cada dia e o número de Instituições de Ensino Superior (IES) mercantilistas não para de crescer (HELENE, 2013). Além disso, há uma problemática oriunda da insatisfação dos empresários, segundo os quais os programas de ensino não atendem às necessidades do mercado de trabalho. Em se tratando dos cursos de Administração, de um lado, as IES de custos cada vez mais altos esforçam-se para manter a competitividade e, de outro, enfrentam o questionamento sobre se as competências curriculares atendem às necessidades demandadas pelos estudantes, de acordo com as habilidades e competências instituídas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), em quatro eixos de conteúdos de formação. As competências profissionais têm sido um tema convergente na articulação de um currículo com perfil adequado ao egresso do curso de Administração, que já apareceu em pesquisas como o curso superior mais procurado no Brasil, mas que, hoje em dia, contudo, registra grande evasão. Estudos realizados recentemente demonstram que os estudantes evadidos têm dificuldades de recolocação no mercado de trabalho.

A partir da questão (**como adequar o currículo do curso de Administração às necessidades contemporâneas em relação às competências de formação profissional dos Administradores?**), o presente artigo traz uma reflexão que busca não só interagir com as inquietações da insatisfação dos dirigentes empresariais, mas também identificar quais as competências necessárias para adequar as matrizes curriculares do curso superior de Administração.

Para isso, realizou-se uma pesquisa com 35 professores do curso superior de Administração, no Brasil e exterior (todos com mestrado, doutorado e pós-doutorado), à luz de uma série de objetivos. Neste artigo, abordaremos apenas um.

Em seus quatro níveis de formação, as DCN trazem os componentes curriculares pelos quais as IES – dentro de uma carga horária mínima de 3.000h/a e 200 créditos, considerando uma flexibilidade proposta pelas próprias diretrizes – formam um perfil profissional para o mercado de trabalho. No Planejamento Estratégico das IES, os Planos Políticos Institucionais (PPIs) são norteadores de suas políticas de desenvolvimento.

O Curso de Administração está voltado para atender às organizações empresariais, sejam elas públicas, privadas, de serviços ou outras organizações. O PPC do curso de Administração é um documento da IES que prevê as competências profissionais e organizacionais voltadas para o desenvolvimento dos indivíduos que deverão atuar no mercado do trabalho.

Essas competências são desenvolvidas ao longo dos semestres cursados pelos estudantes de graduação, considerando, principalmente, o que determinam as DCN a partir da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, art. 4, a qual define as Habilidades e Competências para a formação profissional do Administrador. Currículo e competências são duas variáveis que se inserem no contexto social, filosófico, moral, econômico e cultural e, além de consistirem um marco conceitual, ou de valor agregado a poder

ou políticas públicas, definem os rumos de valores mais humanos de uma sociedade em constante transformação.

Valorizar o ser humano, os profissionais, as mentes abertas para o futuro ainda imaginário, muito além do espaço terrestre, planetário, é questionar a que horizontes as empresas e profissionais se dirigem. As empresas do futuro serão aquelas que buscarão atingir horizontes não descobertos, apoiados no saber pensar, refletir e valorizar o ser humano na sociedade contemporânea.

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

Entende-se por competência a condição de não apenas fazer, mas de saber fazer e, sobretudo, de refazer permanentemente nossa relação com a sociedade e a natureza, usando o conhecimento inovador como instrumentação crucial. Competência é o ato de fazer, saber fazer e refazer, conforme o Quadro 1.

As leis de mercado exigem não só competências técnicas e profissionais, mas também competências seguidas de princípios e valores de conduta ética. As organizações são movidas por pessoas dotadas de experiências técnicas e comportamentais que geram e produzem conhecimento, saber, e o saber conhecer, mas, acima de tudo, o saber fazer e o refazer, que é produto e produto final dos resultados no campo da Administração. Nessa linha, o conhecimento é o saber, enquanto que a habilidade reflete o saber fazer, e, a atitude, o querer fazer, enquanto que o primeiro é a competência técnica e, o segundo, reflete a competência comportamental, conforme representado no Quadro 1.

Quadro 1: Distinções de competência

Conhecimento	Saber	
Habilidade	Saber Fazer	Competência Técnica
Atitude	Querer Fazer	Competência Comportamental

Fonte: QUEIROZ (2008, p.22 apud LISBOA, 2015, p.85).

Essa interpretação de competência está voltada para o saber construir, para o trabalho, no sentido laboral e para o saber fazer. Por um lado, as organizações empresariais têm um olhar para as competências, que são vistas não só no sentido de saber fazer – que é produto tangível – ou querer fazer – atitude, que é intangível – mas, também no saber ser – cognitivo/sentimentos/comportamento. Por outro, em seus programas de desenvolvimento curricular, as IES apresentam as competências em sintonia com as diretrizes curriculares, considerando a flexibilidade permitida pelo MEC, tal como afirma as Competências de Formação deverão ser expressas de maneira padronizada em termos de capacidades as quais representam as ações; as atitudes, as quais o sujeito desenvolve em relação à situação de trabalho e conhecimentos genéricos e flexíveis:

Exemplos de competências, ser capaz de: planejar estrategicamente, realizar ações de marketing, utilizar tecnologias da informação, exercer liderança de pessoas e equipes, realizar ações de logística, gerir processos de finanças e orçamento, promover ações de comunicação. A competência se traduz na atitude de querer colocar em prática conhecimentos adquiridos, ou seja, o ato de agir, a ação. Enquanto que a habilidade é o ato de saber fazer, ou seja, saber construir, que é o conhecimento oriundo da teoria e da formação prática.

Portanto, é possível ter o conhecimento teórico de como funciona um software, contudo não saber como manipulá-lo. Então, esta é a habilidade que falta desenvolver. Já a atitude, conforme explicitado, é intrínseca a pessoa, é a sua determinação ao ato de agir, de sentir. Ela coloca em prática os conhecimentos adquiridos, estando relacionada ao desempenho profissional, ao saber ser (BRASIL, 2016).

FORMAÇÃO CURRICULAR

Segundo o Ministério da Educação (MEC) e o que é determinado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o Currículo Mínimo de Administração deverá ser contemplado com conteúdos de:

- a) formação básica (25%);
- b) formação profissional (45%);
- c) estudos quantitativos e tecnologias (10%);
- d) formação complementar (20%), totalizando, assim, uma carga-horária mínima de 3000 horas-aula, equivalendo ao total de 200 créditos, conforme a Resolução nº 04, de 13 de julho de 2005, do CNE/MEC (BRASIL, 2016), a qual instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração (DCN/CA) da educação nacional brasileira.

As DCN para os Cursos de Administração contemplam o desenvolvimento de um perfil profissional do egresso e uma estrutura

curricular nos quatro níveis de formação, na modalidade de bacharelado presencial.

METODOLOGIA

A pesquisa apoiou-se em amplo estudo bibliométrico e revisão da literatura, tendo por tipologia adotada o modelo conceitual de estudo de casos múltiplos, com abordagem qualitativa, tendo como estratégia a análise triangular, segundo Moraes (2006). Para isso, a triangulação dos dados das DCN, dos PPC de 7 IES estudadas (5 brasileiras e 2 estrangeiras) e os componentes curriculares do Curso Superior de Administração, resultando na pesquisa exploratória com 35 professores, foi possível extrair os resultados que possibilitassem uma proposta integradora de currículo para o Curso Superior de Administração.

O ESTUDO COM OS DOCENTES

Quanto à percepção dos docentes sobre o currículo do curso de Administração, 93% dos respondentes afirmaram que o currículo deve contemplar parâmetros internacionais, 59% defenderam que o currículo deve ser modificado e 44% consideraram que o currículo precisa ser globalizado.

No que se refere às competências para o Administrador, os professores responderam quais as competências de gestão que devem estar contempladas no currículo do curso de Administração, conforme segue:

90% responderam Gestão de Pessoas e Gestão do Conhecimento;

87% citaram Planejamento Estratégico, Gestão Organizacional e Sustentabilidade;

83% assinalaram Empreendedorismo, Tecnologias e Softwares de Gestão, Logística e Negociação, e Finanças e Orçamento;

76% responderam Inovação, Mercado Global e Negociação;

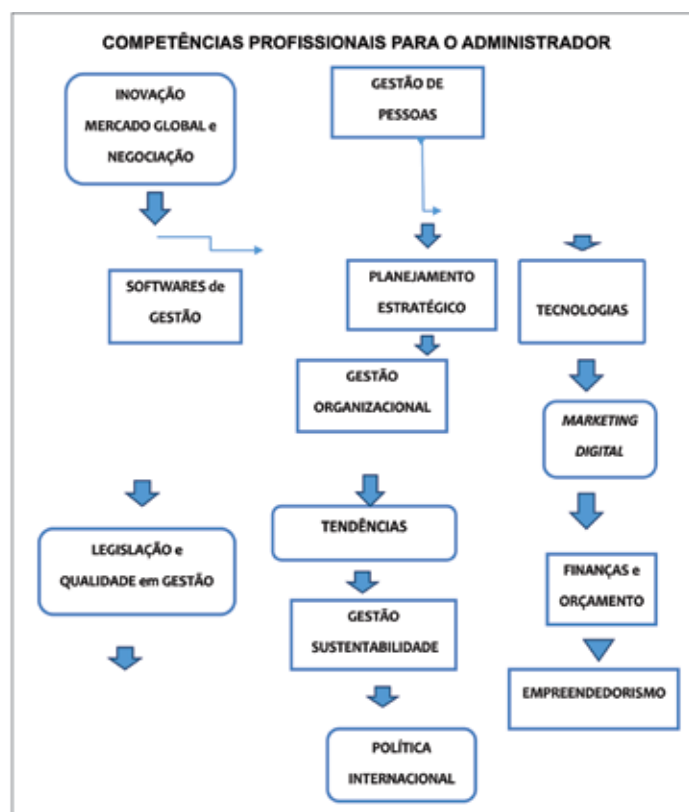
70% assinalaram Tendências; 60% citaram marketing digital;

53% responderam Legislação, Qualidade em Gestão e Política Internacional.

A Figura 1 demonstra as competências para o Administrador, segundo opinião dos sujeitos da pesquisa.

Competências entendidas e relacionadas como a capacidade de intervenção ética da realidade e da construção da cidadania conjugam princípios e valores relacionados e entendidos, não apenas como intervenção ética, mas também como constante

Figura 1: Competências profissionais para o Administrador



Fonte: Acervo pessoal da autora.

inovação do conhecimento (QUINN et al, 2015). Como dito, as competências são condições de não apenas fazer, mas de saber fazer e saber ser, sobretudo, de refazer permanentemente nossa relação com a sociedade e a natureza, usando como instrumentação crucial o conhecimento inovador. As teorias de formação de um perfil profissional devem estar alinhadas aos valores socioculturais, filosóficos e econômicos da época em que se vive, em que as empresas de alta tecnologia, na geração da indústria 4.0, se prepara para um universo cada vez mais competitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As competências profissionais para o Administrador consistem na defesa de um modelo integrativo, exigindo um novo currículo. Integrando professores preparados, comunicativos e adotando metodologias ativas e dinâmicas, que tenham como direcionamento a satisfação do estudante de Administração, inserido em projetos que conciliem teoria e prática com casos reais, como estratégias de ensino centradas no envolvimento e na participação efetiva, em todas as etapas da formação profissional.

Assim, as atividades dos estudantes serão mais flexíveis, criativas e inovadoras, resultantes de mais formação prática para que o egresso do curso de Administração possa enfrentar com mais segurança, de forma efetiva e eficaz, o mercado de trabalho.

Desenvolver a inteligência interpessoal do acadêmico, como prioridade-chave para as IES manterem-se no mercado robusto e competitivo, será o grande diferencial do futuro. E, a estratégia mais viável inicia com um currículo dinâmico e criativo. A internacionalização será um segundo recurso imbatível para a sobrevivência das IES. Conforme visto, o resultado desta pesquisa com os docentes sugere uma estrutura baseada em 11 componentes curriculares para a formação profissional do Administrador, estando alinhados às características de mercados globalizados, bem como à crescente tecnologia e demanda por conhecimento, a fim de adaptar-se ao mundo capitalista que está sempre em expansão.

Estudar Competências consiste em revisar filosofias, conceitos, legislação, concepções, normas e diretrizes. Rever as mais diferentes concepções epistemológicas e linhas de pensamento. Refletir e discutir as competências curriculares, olhando para a formação de profissionais éticos e comprometidos que tenham visão de futuro, e que possam exercitar suas capacidades e ir além de seus limites e conhecimentos. Estudar Competências é aprofundar a experiência vivida em sala de aula e durante uma trajetória de construção na educação.

A educação é um legado que se deixa hoje e para as futuras gerações. A pesquisa é a expectativa de trazer recursos inovadores para gerações do presente, e fortalecer o processo de transformação e mudança nas organizações e na educação, sobrepondo-se aos interesses e objetivos de pessoas, cujas ideias estão configuradas às estratégias e aos paradigmas competitivos.

Nessa perspectiva, a relevância constatada na trajetória do estudo foi construir um tríptico conhecimento quanto à formação de competências, mercado de trabalho, e valores cognitivos, embasado na opinião dos professores do curso superior de Administração. Contudo, trata-se de uma análise preliminar, não se esgotando aqui outras possibilidades de resultados mais significativos e de excelência.

Referências

BRASIL. CNE. CES. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf. Acesso em: 27 jun. 2017.

BRASIL, Vera Lúcia Broki. Higher Education in Brazil: contextualizing the Business Administration Teaching and Higher Educations Institutions. **IOSR Journal International of Scientific Research**. v. 6 Issue: 5 (Version-II), pp. 01-11, p-ISSN: 2320-737X, e-ISSN: 23207388, 2016.

HELENE, O. **Um diagnóstico da educação brasileira e de seu financiamento**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2013.

LISBOA, T. C. **Competências de Gestores no Processo de Humanização em Saúde**. São Paulo: Laços, 2015.

MORAES, R. GALIAZZI, M. do C. Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência da Educação**, v.12, n.1. p.117-128, 2006.

QUINN, R. **Competências gerenciais: a abordagem de valores concorrentes na gestão**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

CONTROLE DE EFETIVIDADE ELETRÔNICO – APERFEIÇOAMENTOS DA MÁQUINA PÚBLICA, A PARTIR DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO TECNOLÓGICO, MODERNO E TRANSPARENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL

Rita de Cássia Reda Eloy

Coordenadora do projeto; Administradora; Matrícula 206523 rita@smf.prefpoa.com.br; Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria; Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas, Decision/RS. Especialista em Administração (em fase de conclusão) pela Fundação Getúlio Vargas, Decision/RS.

Palavras-Chaves: Efetividade; Modernização; Tecnologia; Transparência.

OBJETIVOS

Atender apontamentos do TCE (Tribunal de Contas do Estado); racionalizar o uso de papéis e aperfeiçoar os sistemas manuais, reduzindo custos; dar transparência e acesso a todos às informações.

RESUMO

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre vinha sofrendo denúncias e reclamações constantes da população, por meio dos canais com a sociedade, pela falta de profissionais de saúde, em especial, nos postos de saúde e hospitais da Rede Municipal de Saúde. Com sucessivos apontamentos, a situação culminou em assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Prefeitura com o Ministério Público/RS, visando efetuar um sistema de controle eficaz de acompanhamento de efetividade para todos os servidores. Para tanto, foram pesquisados um modelo de software e hardware que pudesse ser implantado, bem como efetuado benchmarking na Prefeitura de Canoas, no Hospital de Clínicas de Porto Alegre e na Procempa.

DESENVOLVIMENTO

A implantação do ponto eletrônico (projeto), na Prefeitura foi uma ferramenta pioneira, em prefeitura deste porte, para registro de efetividade eletrônica dos servidores, de forma eficaz e efetiva, na qual o piloto ocorreu em meados de 2011, na Secretaria Municipal da Saúde e Paço Municipal. A metodologia adotada para acompanhamento do projeto foi a matriz 5W2H (ferramenta administrativa que pode ser utilizada em qualquer empresa a fim de registrar de maneira organizada e planejada como serão efetuadas as ações, assim como por quem, quando, onde, por que, como e quanto irá custar para a Organização e usado o PMBOX Guia, um documento que sistematiza os conceitos e as ferramentas da administração de projetos. PMBOX)

PROJETO

Implantação de um sistema de controle de efetividade eletrônica efetiva, eficaz, acessível, moderna para toda a Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

RESULTADOS

Inovação na área pública, pois não se conhece modelo similar adotado e tão bem sucedido em um órgão público desse porte; Mudança na cultura da organização, na qual gestores assumissem mais seu papel de acompanhamento do trabalho com uma ferramenta adequada; Racionalização do trabalho e economias geradas (antes se assinava o ponto de forma manual em planilhas impressas); Transparência e equidade entre os servidores, pois o ponto eletrônico foi previsto para ser adotado por todos, e não fica mais a mercê de contratos de carga de trabalho não efetivadas ou informais, desobedecendo à legislação.

CONCLUSÃO

O Público mais beneficiado foram os cidadãos de Porto Alegre que podem exercer um maior controle social, bem como os gestores públicos que passaram a ter uma ferramenta para melhor acompanhamento do trabalho ora realizado.

Agradecimentos

À Secretária Municipal de Administração, Sônia Vaz Pinto; ao Prefeito Municipal, José Fortunati; ao Secretário da Saúde, Carlos Henrique Casartelli e equipe técnica; técnicos e Diretor-Presidente da PROCempa André Imar Kulczynski, Comitê Gestor de 1ª Instância; Técnicos do CEDRE/SRH/SMA, representados pelos gestores Adm. João Linde e Suzana Reis Coelho, e demais parceiros e apoiadores do projeto.

Bibliografia consultada

PORTO ALEGRE . Decreto nº 17.194, de 11 de agosto de 2011. Institui e regulamenta o sistema de registro eletrônico de efetividade funcional dos servidores municipais das administrações direta, autárquica e fundacional. **Dário Oficial de Porto Alegre**, Porto Alegre, 15 ago. 2011. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/decreto/2011/1720/17194/decreto-n-17194-2011-institui-e-regulamenta-o-sistema-de-registro-eletronico-de-efetividade-funcional-dos-servidores-municipais-das-administracoes-direta-autarquica-e-fundacional?q=17194> Acesso em: 12 ago. 2017

PORTO ALEGRE . Decreto Nº 17.273, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011. Institui a compensação de carga horária no âmbito das administrações direta, autárquica e fundacional e regulamenta o parágrafo único do art. 38 da lei complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, que autoriza a compensação por folga do trabalho realizado além das horas normais estabelecidas para o cargo. **Dário Oficial de Porto Alegre**, Porto Alegre, 15 set. 2011. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/decreto/2011/1728/17273/decreto-n-17273-2011-institui-a-compensacao-de-carga-horaria-no-ambito-das-administracoes-direta-autarquica-e-fundacional-e-regulamenta-o-paragrafo-unico-do-art-38-da-lei-complementar-n-133-de-31-de-dezembro-de-1985-que-autoriza-a-compensacao-por-folga-do-trabalho-realizado-alem-das-horas-normais-estabelecidas-para-o-cargo?q=17273> Acesso em: 12 ago. 2017

EQUIPE DE BIBLIOTECAS DA SMAMS: CONTRIBUINDO PARA A CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA ATRAVÉS DA LITERATURA INFANTOJUVENIL

Elisabete Lorensi Ferreira

Bibliotecária, matrícula 1171208, Equipe de Bibliotecas da SMAMS: elisabete.lorensi@smam.prefpoa.com.br

Julia Agustoni Silva

Bibliotecária, matrícula 1060287, Equipe de Bibliotecas da SMAMS: julia.agustoni@smam.prefpoa.com.br

Palavras-chave: Educação Ambiental; Literatura Infantojuvenil; Literatura Paradidática.

RESUMO

Apresenta os espaços voltados à literatura infantojuvenil pertencentes à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (Smams). Destaca a utilização da literatura infantojuvenil como suporte nas práticas de Educação Ambiental com o intuito de estimular a formação ecológica e cidadã desde a infância.

OBJETIVO

Articular a literatura infantojuvenil e a educação ambiental como forma de desenvolver a consciência ecológica desde a infância, por meio de ações culturais e literárias nas bibliotecas pertencentes à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A Equipe de Bibliotecas da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (Smams) possui dois espaços voltados para a literatura infantojuvenil: a Biblioteca Ecológica Infantil Maria Dinorah, localizada no Parque Moinhos de Vento (Parcão), e o Espaço Verde, no interior da Biblioteca Jornalista Roberto Eduardo Xavier, na sede da Secretaria. A partir da crescente preocupação com o meio ambiente e a qualidade de vida, exigindo mudanças na forma de relacionar-se com o meio ambiente e conscientização da responsabilidade de preservá-lo, acredita-se que a infância é o período ideal para incutir na criança o caráter de pertencimento e comprometimento necessário para a preservação do planeta.

ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS BIBLIOTECAS

Com base nestas afirmações, as bibliotecas das Smams procuram desenvolver um trabalho que concilie literatura e educação ambiental. Entende-se que a literatura infantojuvenil contribui para que melhor se compreenda a importância das questões ambientais, colaborando para o desenvolvimento de um olhar crítico e auxiliando na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o bem estar da sociedade; de fato, a questão ambiental está diretamente relacionada às questões sociais.

Os acervos das bibliotecas da Smams possuem livros de literatura voltados à temática ambiental que atende ao público infantil desde a criança pré-leitora até o leitor crítico, contemplando diferentes diretrizes, classificadas assim por Coelho e Santana (1996): literários, paradidáticos lúdicos (transmitem informações a partir do estímulo das sensações, emoções e da capacidade de reflexão da criança) e paradidáticos conceituais (com claro objetivo pedagógico), escolhidos de forma criteriosa pelos bibliotecários em conjunto com profissionais da área ambiental da Secretaria. Nestas bibliotecas são promovidas oficinas literárias para escolas, que atendem crianças a partir de dois anos de idade, até alunos de ensino médio; nelas, o público é apresentado a diferentes formatos de livros, adaptado ao seu nível de compreensão da leitura. Também acontecem sessões de contação de histórias, seguidas de dinâmicas que proporcionam a apreensão de valores ecológicos de forma leve e prazerosa.

Além do atendimento às escolas, a biblioteca localizada no Parque Moinhos de Vento atende a toda a comunidade, e promove ações culturais em datas comemorativas, que incluem também exposições literárias e leitura compartilhada de livros. Segundo Souza e Bernardino (2011), a contação de histórias favorece o desenvolvimento de habilidades cognitivas, bem como estimula a imaginação, educa e instrui – e a criança, sem que perceba, constrói seu conhecimento sobre o que a cerca; Coelho e Santana (1996) ainda acrescentam que o aprendizado das coisas, por meio da leitura, só se dá quando esta se oferece como algo agradável e prazeroso.

RESULTADOS ESPERADOS/ GANHOS OBTIDOS

Nos anos de 2015 (quando o Espaço Verde foi inaugurado) e 2016, as bibliotecas da Smams atenderam aproximadamente 7.500 crianças e adultos, entre escolares, comunidade em geral e turistas. A partir da continuidade de divulgação de suas atividades e realização de parcerias com instituições públicas e privadas, espera ampliar seu atendimento para um público maior.

CONCLUSÃO

A partir das experiências empreendidas nas bibliotecas, conclui-se que, assim como a Educação Ambiental possui em sua concepção o aspecto interdisciplinar, a literatura é um instrumento significativo de contribuição nas práticas de Educação Ambiental.

Figura 1 – Biblioteca Ecológica Infantil Maria Dinorah



Fonte: Sérgio Louruz (Smams/PMPA)

Figura 2 – Visita da EMEI Vale Verde – Biblioteca Ecológica Infantil Maria Dinorah



Fonte: Sérgio Louruz (Smams/PMPA)

Figura 3 – Visita da Creche Comunitária Criança Esperança – Espaço Verde



Fonte: Equipe de Bibliotecas da Smams

Referências

COELHO, Nelly Novaes; SANTANA, Juliana S. Loyola e. A Educação Ambiental na Literatura como formadora de consciência de mundo. In: TRABJER, Rachel; MANZONI, Lúcia Helena. **Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: materiais impressos**. São Paulo: Gaia, 1996. p. 59-76.

FIGUEIRA, Juliana Attié, CAMPOS, Maria José de Oliveira, SANTANA, Juliana de Loyola e. O livro infantil como instrumento para a Educação Ambiental: leitura e análise. **Revista Educação: teoria e prática**. Rio Claro: UNESP, v. 9, n. 16, p.1-16, 2001. Disponível em: <http://www.epea.tmp.br/epea2001_anais/pdfs/plenary/tr09.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2017.

SOUZA, Linete Oliveira de; BERNARDINO, Andreza Dalla. A contação de histórias como estratégia pedagógica na educação infantil e ensino fundamental. **Educete et educare**, Cascavel: Unioeste, v.6, n.12, jul./dez. 2011. p. 235-249. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/viewFile/4643/4891>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

LIVRO ANDARILHO

Adriana dos Santos Gomes

Bibliotecária, SMED centralizada, matrícula 340872, adrianagomes@smed.prefpoa.com.br

Anelise Tolotti Dias Nardino

Bibliotecária, especialista em Gestão Educacional (SESC), SMED centralizada, matrícula 1170961

Rodolfo de Matos Rocho

Bibliotecário, especialista em Gestão Cultural (SESC), SMED centralizada, matrícula 792278

Palavras-chave: Leitura; Livros; Projeto de leitura.

OBJETIVOS

Promover a cultura; promover o livro; desenvolver o senso crítico, a imaginação e a criatividade; aumentar o vocabulário; estimular o prazer da leitura; estimular as escolas da Rede Municipal de Educação (RME) a desenvolverem projetos similares; permitir o fácil acesso ao livro; disponibilizar livros para a população sem custo; estimular que cidadãos compartilhem os livros guardados em casa.

INTRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O projeto Livro Andarilho teve início em 2009 e originou-se no conceito de *bookcrossing*, possibilitando que pessoas encontrem os livros em locais públicos, apreciem sua leitura e tornem a libertá-los para que outros possam fazer o mesmo, multiplicando essa prática encantadora.

Alguns livros são espalhados pela cidade. Antes de libertá-los, eles passaram pelo processo de registro no site BookCrossing Brasil, no qual foi atribuído um número de identificação, BookCrossing Identification (BCID), para cada obra. Com este número é possível acompanhar por quais lugares ele viajou. Também foi acrescentada, a cada obra, uma etiqueta de "Livro Andarilho", com algumas informações sobre o projeto.

RESULTADOS

A leitura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social do indivíduo, auxilia na aprendizagem, aprimora a criatividade, a imaginação e a escrita. Assim, oportuniza-se a leitura para pessoas que não tem possibilidade de comprar um livro, levando a leitura para as mais diversas esferas sociais, democratizando a cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação superou as expectativas da equipe, diante da aceitação do público e do retorno dos resultados. Foi constatado que vários trabalhadores e frequentadores da Praça da Alfândega manifestaram interesse, apanhando os livros disponíveis.

As escolas da RME são estimuladas a realizarem projetos semelhantes em suas regiões, bem como a população é instigada a libertar pela cidade os livros que estão guardados e sem uso nas estantes, sempre visando o estímulo a leitura.

Agradecimentos

Bibliotecária Adriana Menezes Machado, Professora Ângela Maria Fillman Peñaloza, Bibliotecária Bianca Bischoff de Oliveira, Assistente administrativo Marco Aurélio Rapone, Professora Marta Beatriz da Rosa.

Referências

BALDON, Willian. **Dia mundial do livro inspira lançamento de projeto. 2014.** Disponível em: <<https://bibliotecasmed.wordpress.com/2014/04/25/dia-mundial-do-livro-inspira-lancamento-de-projeto/>>. Acesso em: 07 jun 2017.

BOOKCROSSING. **BookCrossing Brasil. 2014.** Disponível em: <<http://www.bookcrossing.com.br/>>. Acesso em: 07 jun 2017.

OXFORD LEARNER'S DICTIONARY. **Bookcrossing. 2014.** Disponível em: <http://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/bookcrossing>. Acesso em: 07 jun 2017.

Figura 1 – Servidor observando os livros do projeto expostos no saguão da SMED.



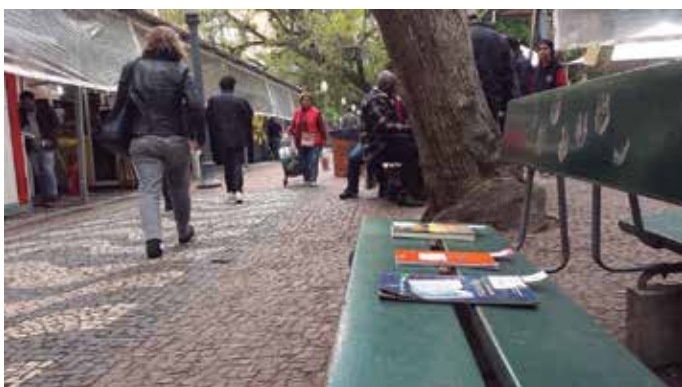
Fonte: Gomes, Adriana dos Santos 2014

Figura 2 – Livros andarilhos na Praça da Alfandega.



Fonte: Rocho, Rodolfo de Matos 2015

Figura 3 – Livros andarilhos na Praça da Alfandega.



Fonte: Rocho, Rodolfo de Matos 2015

Figura 4 – Livros andarilhos descobertos pela população.



Fonte: Nardino, Anelise Tolotti Dias 2016

REDE DE BIBLIOTECAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Júlia Agustoni Silva

Bibliotecária, matrícula 1060287, coord. da CPRB, SMAMS
julia.agustoni@smam.prefpoa.com.br

Tânia Garcia Oliveira de Souza.

Bibliotecária, matrícula 992311343, vice-coordenadora da
CPCRB Capitólio. SMC

Adriana dos Santos Gomes

Bibliotecária, matrícula 340872, SMED

Anelise Tolotti Dias Nardino

Bibliotecária, matrícula 1170961, SMED

Elisabete Lorensi Ferreira

Bibliotecária, matrícula 1171208, SMAMS

Fernando Telles de Paula

Bibliotecário, matrícula 339808, SMA/EGP

Jacqueline de Oliveira Mative

Bibliotecária, matrícula 1145681, SMC

Leonardo Bono

Bibliotecário, matrícula 1151657, DMAE

Renata de Souza Borges

Bibliotecária, matrícula 784403, SMC

Rodolfo de Matos Rocho

Bibliotecário, matrícula 792278, SMED

Palavras-chave: Catálogo on-line; Rede de Bibliotecas; Bibliotecários.

RESUMO

A Rede de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) é atualmente constituída por 14 bibliotecas, localizadas em escolas municipais, secretarias e departamentos da PMPA. Essas bibliotecas possuem pelo menos um profissional bibliotecário e utilizam o sistema Pergamum, software de gerenciamento de bibliotecas que possibilita a manutenção de um único catálogo bibliográfico on-line do acervo das bibliotecas que pertencem à Rede.

INTRODUÇÃO

A Rede de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) é atualmente constituída por 14 bibliotecas, localizadas em escolas municipais, secretarias e departamentos da PMPA. Essas bibliotecas possuem pelo menos um profissional bibliotecário e utilizam o sistema Pergamum, software de gerenciamento de bibliotecas que possibilita a manutenção de um único catálogo bibliográfico on-line do acervo das bibliotecas que pertencem à Rede. Isso significa que é possível localizar livros, periódicos, artigos, CD-ROM, DVD, publicações on-line e outros materiais, por meio da busca por autor, título, assunto, entre outros, pertencentes ao acervo de aproximadamente 71 mil itens catalogados na Rede.

O CATÁLOGO E SUA INTERFACE PARA O USUÁRIO

O usuário cadastrado na Biblioteca terá à disposição ferramentas de relacionamento com diversas funcionalidades, tais como: renovação e reserva on-line, recebimento de aviso de empréstimo e devolução por e-mail, histórico das pesquisas e empréstimos e notificações sobre novos materiais que chegam à Biblioteca, de acordo com o perfil cadastrado do associado.

Para acessar o catálogo on-line da Rede de Bibliotecas da PMPA e o perfil do usuário, basta acessar o link: <http://pergamum.procempa.com.br/biblioteca>

Figura 1 – Catálogo on-line da Rede de Bibliotecas



Fonte: Pergamum, 2017

Figura 2 – Interface do usuário Meu Pergamum



Fonte: Pergamum, 2017

A implantação do sistema ocorreu com a criação de um Grupo de Trabalho, composto por bibliotecários e analistas da Procempa, em 2007. Atualmente, com o sistema já implementado, os bibliotecários garantem sua manutenção por meio de reuniões mensais da Comissão Permanente de Catalogação da Rede de Bibliotecas da PMPA (CPCRB), criada através da Portaria nº 416, de 27 de setembro de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a criação da CPCRB, foram implementadas melhorias e políticas de catalogação, o que garante um padrão nas informações disseminadas por todas as bibliotecas no catálogo on-line da Rede. Com as reuniões mensais da Comissão, as melhorias no catálogo são constantes, favorecendo aos usuários da Rede ao disponibilizar informações padronizadas, ajudando na localização dos itens e propiciando o empréstimo inter-bibliotecário.

Referências

CATÁLOGO Bibliográfico On-line da Rede de Bibliotecas da Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/index.php>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

PORTO ALEGRE. Portaria nº 416, de 27 de setembro de 2016. **Diário Oficial de Porto Alegre**, Porto Alegre, 29.09/2016, p.2-3.

SARAU CAFÉ COM LETRAS

Adriana dos Santos Gomes

Bibliotecária, matrícula 340872, SMED centralizada

Anelise Tolotti Dias Nardino

Bibliotecária, matrícula 1170961, especialista em Gestão Educacional (SENAC), SMED centralizada

Rodolfo de Matos Rocho

Bibliotecário, matrícula 792278, especialista em Gestão Cultural (SENAC), SMED centralizada. rodolfo.rocho@smed.prefpoa.com.br

Palavras-chave: Leitura; Sarau literário; Projeto de leitura.

OBJETIVOS

Oportunizar aos leitores o conhecimento do acervo literário existente na biblioteca; atrair novos usuários; realizar a discussão e reflexão sobre o papel do professor, do bibliotecário e do mediador; estimular o prazer pela leitura; proporcionar um momento de integração das equipes da SMED.

RESUMO

O sarau é definido como “conjunto de pessoas que se reúne para fazer atividades recreativas como: ouvir músicas, recitar poesias, conversar, etc”. (DICIONÁRIO..., 2017). Os saraus são também espaços para novas linguagens comunicativas “[...] remanescentes da produção oral que persistem na cultura escrita [...]” (BOEIRA, 2009, p. 135).

Buscando revisitar essa cultura literária tão expressiva, mas que atualmente perde espaço para as novas tecnologias, a biblioteca da SMED oferece a todos os servidores da Secretaria o sarau Café com Letras.

Muitos servidores das demais secretarias desconhecem os serviços oferecidos pela biblioteca da SMED centralizada, razão pela qual foi idealizado o projeto. O Sarau teve início no ano de 2012, quando pela primeira vez a SMED centralizada ‘adotou’ um escritor por meio do Programa de Leitura Adote um Escritor. O projeto propõe a escolha de um livro, a leitura compartilhada e discussão do texto, com o eventual acompanhamento de músicos convidados.

Foram utilizadas metodologias diversificadas para a realização do Sarau, como a leitura dinamizada, leitura de vários gêneros literários, apresentação musical, pesquisa biográfica e bibliográfica dos autores homenageados, produção de atividades de interação entre os participantes, entre outras.

No encerramento é sempre oferecido um café acompanhado de quitutes.

RESULTADOS

O projeto promove a leitura e a literatura, sempre estimulando um olhar crítico e poético sobre a obra, valoriza as relações interpessoais, promovendo momentos de lazer e respeito, criando assim interesse pelos autores escolhidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Sarau Café com Letras propicia encontros literários na biblioteca aos servidores da SMED, oportunizando momentos para que possam sair da sua rotina de trabalho, e compartilhar com colegas leituras, discussões e reflexões sobre obras diversas como também oportunamente ouvir uma boa música e tomar um saboroso café.

Agradecimentos

Bibliotecária Adriana Menezes Machado, Professora Ângela Maria Fillman Peñaloza, Bibliotecária Bianca Bischoff de Oliveira, Assistente administrativo Marco Aurélio Rapone e Professora Marta Beatriz da Rosa

Referências

BOEIRA, Luciana Fernandes. **Entre história e literatura:** a formação do Panteão Rio-Grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2009. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17662/000721014.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 16 jun. 2017.

DICIONÁRIO Online de Português. **Sarau**. 2017. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/sarau/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

Figura 1 – Sarau Café com Letras – A Almofada que não dava tchau



Fonte: Acervo dos autores

Figura 2 – Sarau Café com Letras – Cintia Moscovich



Fonte: Acervo dos autores

Figura 3 – Sarau Café com Letras – Carpinejar



Fonte: Acervo dos autores

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: SUA GUARDA E DISSEMINAÇÃO NA BIBLIOTECA DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Liziane Ungaretti Minuzzo

Bibliotecária, matrícula 996819, especialista em Gestão Documental (UFSM), gerente da Biblioteca da PGM – lizianem@pgm.prefpoa.com.br

Angela Beatriz Luckei Rodrigues

Bibliotecária, matrícula 1171232, especialista em Gestão estratégica em serviços (PUCRS), PGM

Palavras-Chave: Legislação municipal; Pesquisa legislativa; Bases de dados.

OBJETIVOS

Apresentar a Biblioteca da Procuradoria Geral do Município (PGM) enquanto repositório da legislação municipal;

Divulgar as bases de dados Base de Legislação Municipal (BLM) – Tribunal de Contas do Estado (TCE), LEIS MUNICIPAIS e Sistema Integrado de Referência Legislativa (SIREL).

INTRODUÇÃO

Descreve as tarefas da Biblioteca da PGM enquanto repositório da legislação de Porto Alegre, tais como pesquisas legislativas e alimentação dos sistemas Leis Municipais, SIREL e BLM e TCE.

Repositório da legislação municipal

A Biblioteca da PGM está subordinada ao Centro de Estudos de Direito Municipal. Dentre as atividades as quais lhe compete, está a de organizar e disponibilizar a legislação do Município de Porto Alegre.

É repositório dos originais da legislação municipal datados da década de 1920 até o ano de 2014. Encadernações que contém as leis ordinárias, leis complementares, decretos, decretos-leis e grande parte das ordens de serviço, assinados pelos prefeitos e secretários.

Esses documentos apresentam valor histórico e sua guarda é permanente, apesar de seu uso ser corrente, ou seja, a consulta é diária, por parte da população e dos servidores da Prefeitura. A Biblioteca faz diversos atendimentos presenciais referentes à pesquisa de leis de denominação de logradouro, que são demandadas para atualização de matrículas nos cartórios de registro de imóveis de Porto Alegre. Os logradouros são identificados inicialmente de forma numérica, cadastro atribuído pela Secretaria Municipal de Urbanismo. E, ao longo dos anos, a Câmara Municipal vai sancionando leis que atribuem nomes às ruas, amparada na Lei Complementar nº 320, de 02/05/1994, que dispõe sobre a denominação de logradouros públicos.

Acesso online à legislação

Para disponibilização e acesso público online à legislação municipal, a Biblioteca alimenta três bases de dados: SIREL, Leis Municipais e BLM-TCE.

A BLM opera desde 2009 e é um instrumento de suporte à execução das atribuições do TCE, bem como fonte de informações às entidades interessadas na gestão municipal e de consulta pública. O acesso é através do site do TCE.

Na administração centralizada da PMPA, os operadores desse sistema são os funcionários da Biblioteca da PGM, atendendo as observações do TCE e emitindo trimestralmente os recibos que atestam inexistência de legislação a cadastrar. Estar em dia com o BLM significa acatar um dos requisitos para prestação de contas do Prefeito em exercício. Mas nem todos atos estão contemplados; são cadastrados apenas aqueles cujo assunto é de interesse do TCE.

O SIREL é um projeto antigo da Prefeitura e data da década de 1980. Permite acesso à leis ordinárias, leis complementares, decretos, decretos-lei, ordens de serviço e outros atos menores. Mas a divulgação online dos textos na íntegra passou a ocorrer apenas nos anos 2000, quando o SIREL sofreu uma reformulação. Apesar disso, o SIREL ainda não permite a compilação da legislação, além de apresentar outras restrições.

Diante disso, a PGM, em 2014, contratou um novo sistema de atualização de legislação, intitulada LEIS MUNICIPAIS. Trata-se de um banco de dados administrado por um serviço técnico especializado no gerenciamento e divulgação de legislação. Não entrou no contrato a disponibilização de Ordens de Serviço e Decretos-Lei (por seu conteúdo obsoleto).

O LEIS MUNICIPAIS permite a consolidação, compilação e versionamento dos textos da legislação de muitas cidades brasileiras.

Sua equipe técnica recebe a legislação de um servidor municipal autorizado (Biblioteca da PGM) e inicia o processo de divulgação no site.

A consolidação consiste na identificação do texto original e demais alterações ocorridas até os dias de hoje. O versionamento permite recorte histórico das alterações efetuadas na legislação em determinada época. A compilação possibilita a obtenção do texto vigente da lei, sem redações anteriores.

Até meados de 2017, os atos mais acessados no Leis Municipais foram o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, o Estatuto dos funcionários públicos, o Código Tributário, a consolidação da estrutura geral da administração centralizada e o Calendário Oficial.

RESULTADOS OBTIDOS

Em 2014 e 2015 a equipe do Leis Municipais buscou no SIREL os dados textos dos atos e digitalizou, juntamente com a Biblioteca, aqueles faltantes: resultado evidente na divulgação de mais 25 mil atos em 2015.

Quanto à consulta ao Leis Municipais, observa-se crescimento de número de acessos ao longo dos anos, a medida que as pessoas vão conhecendo a ferramenta. Em 2014 foram 91.867 leis acessadas, em 2015, 180.747 leis, em 2016, 540.071 leis e até julho de 2017 foram 996.207 leis.

Sua difusão se dá por meio da página web da PGM e, acredita-se, do próprio portal nacional do Leis Municipais. Também foram promovidas pela PGM palestras sobre o sistema aos funcionários da PMPA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aconselha-se o uso do Leis Municipais juntamente à consulta no SIREL. Apesar deste último não apresentar conteúdo compilado (alterações de artigos, revogações, atos relacionados) e disponibilizar apenas dados referenciais dos atos, ainda é mais completo ao recuperar ordens de serviço, decretos-lei e alguns documentos históricos.

Lembrando que a consulta a ambos não isenta da pesquisa à fonte primária, que é o Diário Oficial. Assim como o BLM, o Leis Municipais e o SIREL também são bases de cunho informativo, porém, se usadas conjuntamente, pode-se obter um resultado mais completo na pesquisa legislativa.

Figura 1 – BLM



Fonte: www.tce.rs.gov.br

Figura 2 – SIREL



Fonte: www2.portoalegre.rs.gov.br/netathtml/sirel/

Figura 3 – Leis Municipais



Fonte: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/rs/porto-alegre>

Agradecimentos

Pamela Silva, Ronaldo O. Belini, Thiago de Moraes

Referencias

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal Da Fazenda. Controladoria-Geral do Município. **Instrução Normativa CGM nº 03/2016**, de 13 de outubro de 2016, que estabelece Normas para Prestação de Contas, Controle Interno e Encerramento do Exercício Financeiro no Município de Porto Alegre. Publicada em: Diário Oficial de Porto Alegre, 03/11/2016. Disponível em: http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/1889_ce_20161101_executivo.pdf

MORAES, Thiago de. **O sociólogo e o cônego**: querela municipal na denominação de logradouros. Disponível em: <<https://medium.com/@ThiagodeMoraes/o-soci%C3%B3logo-e-o-c%C3%B4nego-querela-municipal-na-denomina%C3%A7%C3%A3o-de-logradouros-4a79296d3d5>>. Acesso em: jul. 2017.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 320**, de 2 de maio de 1994. Dispõe sobre a denominação de logradouros públicos e dá outras providências. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/jnbc>>. Acesso em: jul. 2017.

PORTO ALEGRE. **Decreto nº 19.612**, de 26 de dezembro de 2016. Estabelece o Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Município (PGM), no âmbito da Administração Centralizada (AC), do Município de Porto Alegre. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/boimv>>. Acesso em: jul. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Setor de Biblioteca. **Base de Legislação Municipal:** guia do operador na entidade municipal. Porto Alegre: TCE-RS, 2014.

ALTA HOSPITALAR QUALIFICADA E O PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR (PTS) COMO APROXIMAÇÃO ENTRE A ATENÇÃO ESPECIALIZADA E A ATENÇÃO PRIMÁRIA

Tatiana Razzolini Breyer

Enfermeira SMS/POA, matrícula 536754. Especialista em regulação pelo Hospital Sírio Libanês.

José Alberto Rodrigues Pedrosa

Médico Nefrologista SMS/POA, matrícula 48362.3. Professor de Medicina da UNISINOS, Doutor em Transplante Renal

José Alberto Rodrigues Pedrosa

Médico Nefrologista SMS/POA, matrícula 48362.3. Professor de Medicina da UNISINOS.

Bianca Domingues Bertuzzi

Médica SMS/POA, matrícula 784518-2. Residência em Medicina de Emergência – HPS POA, Fellowship em Emergency Medicine Ultrasound- Massachusetts General Hospital, Harvard Affiliated

João Marcelo Lopes Fonseca

Médico SMS/POA, matrícula 397584. Médico Internista, Intensivista, Pós de Gestão em Saúde Escola de administração da UFRGS, Mestrado em Ciências da Saúde UFCSPA

Rosane Terezinha Baltazar

Enfermeira, matrícula 536675, rosanetb@sms.prefpoa.com.br Especialização em Saúde Pública (Escola Luiza de Marillac UFRJ), Humanização da Gestão do SUS (Escola de saúde Pública de POA e UFRGS) e MBA em Gestão Pública (Escola de Gestão da Prefeitura Municipal de POA e IBEGEN)

Palavras-chave: Alta qualificada; Projeto terapêutico singular; Atenção primária; Vínculo.

OBJETIVO

Aproximar o cuidado da Atenção Hospitalar ao cuidado da Atenção Primária proporcionando a construção do Projeto Terapêutico Singular qualificando e fortalecendo o vínculo evitando novas internações.

INTRODUÇÃO

A utilização intempestiva das urgências como porta de entrada do Sistema Único de Saúde subestima o potencial de resolubilidade da Atenção Primária (AP). Mesmo após a alta, o usuário pode vir a sobrecarregar as urgências, quando a procura novamente. Relatamos o delineamento da experiência-piloto, denominada Alta Hospitalar Qualificada (AHQ) e o PTS, no Município de Porto Alegre (RS), em parceria com o Hospital Ernesto Dorneles (HED).

MÉTODOS

Foi aplicada a AHQ em uma enfermaria de 10 leitos que recebe casos de baixa complexidade (permanência < 5 dias). A assistente social do Hospital faz contato telefônico com o serviço da atenção primária de referência, preparando a equipe para acolher após a alta, para que a AP possa articular com outros serviços da rede assistencial ou programar visita domiciliar.

RESULTADOS

De janeiro de 2016 a julho de 2017, 170 pacientes foram acompanhados na alta. Pretende-se avaliar a satisfação dos envolvidos no processo (usuários e trabalhadores), estudando o comportamento deste cidadão quanto a reinternação e vínculo estabelecido com o serviço de atenção primária.

DISCUSSÃO

O PTS é uma forma de organização da gestão do cuidado, proposta pelo Ministério da Saúde. Permite diálogo interativo entre profissionais de diferentes esferas e o usuário, indicando uma produção mais racional e eficaz do cuidado neste nível de atenção.

CONCLUSÃO

O PTS permite condutas articuladas para e com o usuário, com definição de metas, responsabilização pactuada e reavaliações periódicas, empoderando-o, mas também exigindo de si responsabilidades. Conduz à ampliação da resolubilidade assistencial, superando o pensar prescritivo executante de demanda. Abre espaço para pactuação entre equipes.

Bibliografia consultada

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS: prontuário transdisciplinar e projeto terapêutico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 22p.

Gil, C.R.R.; Luiz IC, Gil MCR (Org.). **O Processo de trabalho na gestão do SUS: Universidade Federal do Maranhão**. São Luís: UNA-SUS/UFMA, 2016. 44f

MENDES, E.V. **A modelagem das redes de atenção à saúde**. Belo Horizonte: SES-MG, 2006.

MIRANDA, F.A.C.; COELHO, E.B.S; MORE, C.L.O. **Projeto terapêutico singular**. UNA-SUS, UFSC-CCS, Curso de especialização multiprofissional em Saúde da Família. Florianópolis. UFSC, 2012. 60p.

AMBIÊNCIA EXTERNA EM SAÚDE: INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA NO HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS (HMIPV)

Denise Borba Narciso

Matrícula 349474-1 – Terapeuta Ocupacional – Especialização em Práticas Pedagógicas em Serviços de Saúde (UFRGS) SMS-HMIPV – denisebn@hmipv.prefpoa.com.br

Karine Damiani

Matrícula 1008803-2 Fisioterapeuta – Especialização em Informação científica e Tecnológica em Saúde (Fiocruz) – SMS-HMIPV – karined@hmipv.prefpoa.com.br

Lauren Ruas Vrech

Matrícula 119443-1 – Enfermeira – Especialização em Atenção Psicossocial (UFSC) -SMS-HMIPV – lauren.ruas@hmipv.prefpoa.com.br

Palavras-Chave: Ambiência; Psiquiatria; Humanização.

OBJETIVO

A proposta deste trabalho tem por objetivo proporcionar a Ambiência Externa na Atenção em Saúde, onde o espaço físico seja um recurso terapêutico facilitador de relações sociais, profissionais e interpessoais, valorizando elementos do ambiente que interagem com as pessoas (cor, cheiro, som, iluminação, morfologia), e propiciando conforto às pacientes e aos trabalhadores, com vistas à garantir o atendimento humanizado preconizado pela Reforma Psiquiátrica/SUS.

RESUMO DO TRABALHO

A Internação Psiquiátrica do Hospital Materno Infantil (HMIPV) é uma unidade feminina que atende pacientes com quadros agudos que necessitam, temporariamente, da proteção em um ambiente fechado. O tempo de internação varia de acordo com a necessidade de cada paciente.

A ideia deste projeto surgiu a partir dos relatos de diversas pacientes, sobre o desejo de frequentar um espaço de convívio externo durante a internação e foi amplamente discutido na Unidade, em função do hospital não ter em sua estrutura, um pátio interno. Destas discussões, surge a proposta da busca deste espaço. Identificou-se o pátio junto ao Serviço de Atendimento Especializado em Hepatites do HMIPV.

Dentre as atividades realizadas no local até o momento está a revitalização deste pátio, que vem sendo construída pela equipe juntamente com as pacientes da Unidade.

Conta-se também, com a ajuda do serviço de manutenção do hospital, onde foi solicitada a limpeza, colocação de bancos, criação de caminhos e espaço para construção de um jardim. As pacientes e a equipe realizaram a pintura dos bancos, jardinagem, confecção de mosaicos em mesa e muretas.

Esse local tornou-se um espaço terapêutico com a realização de atividades físicas e lúdicas com as pacientes e, também de ensino, onde a equipe assistencial da Unidade de Internação Psiquiátrica (assistente social, enfermeiras, fisioterapeuta, médicos, nutricionista, técnicos/auxiliares de enfermagem, terapeuta ocupacional), estagiários e residentes das diversas áreas atuam de forma integrada na atenção à saúde das pacientes em situação de hospitalização.

RESULTADOS

Possibilidade de saída das pacientes da unidade de internação para um ambiente externo;

Revitalização do pátio interno do HMIPV, pelas pacientes e a equipe;

Prevenção de agravos a saúde decorrentes da permanência em ambiente fechado;

Criação de um espaço terapêutico junto à natureza, estimulando a criatividade e a interação dos atores envolvidos neste trabalho;

A partir da movimentação realizada para ocupação do pátio, surgiu a possibilidade de explorar outros lugares do Hospital como o espaço de espiritualidade – que tem sido visitado frequentemente;

A realização deste trabalho possibilita a continuidade da assistência humanizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a construção desse espaço, busca-se possibilitar a produção de subjetividades, o atendimento humanizado, acolhedor e resolutivo, propiciando contribuições significativas no processo de produção de saúde.

Agradecimentos

Direção do HMIPV; Serviço de Atendimento Especializado em Hepatites HMIPV-SMS; Serviço de Manutenção HMIPV

Referência

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS**. 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2006. 52 p.

Figura 1 – Pintura de bancos



Fonte: Acervo das autoras

Figura 2 – Preparo para o mosaico e limpeza do ambiente



Fonte: Acervo das autoras

Figura 3 – Mosaico



Fonte: Acervo das autoras

ARBORIZAÇÃO URBANA: ÍNDICE DE SOBREVIVÊNCIA DE MUDAS PLANTADAS EM ÁREAS PÚBLICAS EM PORTO ALEGRE

Alexandre Panerai Pereira

Eng. Agrônomo, matrícula 31931.7. ESARB/SMAMS

Aloisio Delazzeri

Tec. em Agropecuária, matrícula 82457.3. ESARB/SMAMS

André Thiago de Souza Lanzer

Biólogo, matrícula 45581.0. ECAVS/SMAMS

Eduardo Delgado Olabarriaga

Biólogo, matrícula 54205.5. SEVIVE/SMAMS

Irineu Pedro Foschiera

Eng. Agrônomo, matrícula 82343.3. ESARB/SMAMS

irineu@smam.prefpoa.com.br

Paulo Fialho Meireles

Eng. Agrônomo, matrícula 82273.8. ESARB/SMAMS

Tiago Bernd

Eng. Agrônomo, matrícula 106798.2. ESARB/SMAMS

Tiago Neuberger Hastenteufel

Assist. Administrativo, matrícula 107637.0. DAPPJ/SMAMS

Vladimir Stolzenberg Torres

Biólogo, matrícula 55667.4. ESARB/SMAMS

Palavras chave: Arborização urbana; Manutenção de plantio; Mortalidade de mudas; Plantio de árvores.

RESUMO

Em projeto piloto, analisou-se o índice de sobrevivência de mudas plantadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMS) na avenida Cristiano Fischer, zona leste de Porto Alegre. Os resultados obtidos indicaram o anelamento e o vandalismo como principais agentes de mortalidade.

INTRODUÇÃO

A arborização urbana possui papel fundamental na manutenção e melhoria da qualidade ambiental das cidades (TORRES e HÜBNER, 2012). Segundo Rossetti, Pelegrino e Tavares (2009), os passeios públicos vinculados a um sistema viário, se constituem em um ambiente de conflito. O vandalismo e a depredação das mudas se tornam explicáveis pelo fato de que parte da população não compreende a delimitação que ocorre entre bem público, comum ou privado. O Plano Diretor de Arborização Urbana (PORTO ALEGRE, 2000), da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, se constitui em um conjunto de métodos e medidas, adotados para preservação, manejo e expansão das árvores nas cidades, de acordo com as demandas técnicas e as manifestações de interesse das comunidades locais. Os dados (já defasados) do Plano Diretor de Arborização Urbana (PORTO ALEGRE, 2000) estimavam que Porto Alegre possui-se algo em torno de um milhão e 300 mil árvores somente em vias públicas, justificativa para que a SMAMS dispensasse consideráveis cuidados às árvores de calçadas, canteiros centrais, praças e parques do município. Assim, a presente pesquisa objetivou analisar de forma quantitativa e qualitativa, as questões relativas ao índice de sobrevivência de mudas plantadas pela SMAMS na avenida Cristiano Fischer, zona leste de Porto Alegre.

MATERIAIS E MÉTODOS

Durante o período 10 anos acompanhou-se o desenvolvimento de 184 mudas desde o plantio em julho de 2007 até setembro de 2017 localizadas na avenida Cristiano Fischer, bairro Jardim do Salso, zona leste da cidade de Porto Alegre. As especificações seguiram as orientações do Plano Diretor de Arborização Urbana do município de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2000). As mudas foram consideradas perdidas quando constatada a sua morte, ou sua ausência (furto?). Foram apontadas também algumas causas que levaram as mudas a secarem.

RESULTADOS

A partir do acompanhamento do desenvolvimento das mudas em cada uma das vistorias, foram obtidos os resultados quantitativos de mudas que sobreviveram. Considerando o universo de 184 mudas, em uma evolução negativa, têm-se que em 2008, 57 haviam morrido, contra 127 ainda vivas. Decorridos dez anos, em 2017, tinha-se 134 mortas contra apenas 50 ainda viventes. Ao longo do período das vistorias observou-se como possíveis causas que provocaram a morte das mudas, sendo que as mais observadas foram devido a anelamento do caule provocado por cortador de grama e vandalismo, respectivamente. Outras causas não foram passíveis de identificação ou não tiveram incidência significativa. Assim, 54,48% das mudas morreram por anelamento; 21,64% por vandalismo e 23,88% por outros motivos passíveis de análises futuras.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

No período de 10 anos de avaliação do presente estudo apenas 27,17% das mudas plantadas sobreviveram. Apesar de todas as particularidades que um ambiente urbano contém, para desenvolvimento da arborização pública, a proporção de sobrevivência de mudas pode ser considerada baixa. Algumas diretrizes e propostas de ações podem ser traçadas no sentido de se reduzir as perdas em plantios de mudas de árvores em áreas urbanas, como a necessidade de constante manutenção, especialmente nos primeiros três anos após o plantio, até atingir o estágio de autonomia. Recomenda-se nesses casos a utilização de recursos como tutores com grande durabilidade, amarração das mudas com abraçadeiras de nylon, e proteção da base da muda com por tubo de PVC 100mm e 20cm, dentre outras possibilidades. Reforça-se a importância de se efetuar manejo sistemático nos primeiros anos após o plantio visto que o desenvolvimento correto nessa fase reduz drasticamente a necessidade de ações de manutenção na fase adulta onde a manutenção da arborização adulta é muito mais complexa e dispendiosa. O investimento maior nessa fase inicial de desenvolvimento das árvores significa enorme redução de custos de manutenção das árvores na fase adulta.

CONCLUSÕES

Verificou-se que em dez anos após o plantio 27,17% das mudas sobreviveram. O maior percentual de mudas mortas ocorreu nos primeiros três anos, contabilizando 65,67% de mortes nesse período, denotando-se que esse é o período mais crítico e é necessário uma manutenção mais intensiva, visto que as perdas nos 7 anos subsequentes não foram muito significativas. As principais causas de morte das mudas foram o anelamento e o vandalismo. As demais causas não foram passíveis de identificação, ou foram consideradas como não significativas para o presente estudo.

Referências

ROSSETI, Adriana N.; PELEGRINO, Paulo R. M.; TAVARES, Armando R. O Espaço Metropolitano na Cidade de São Paulo e a Interface com a Arborização: Aspectos da Transformação Socioeconômica, do Sítio Físico e da Proteção de Vegetais de Porte Arbóreo. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, São Paulo: v. 4, n. 1 p.21-28, 2009.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Plano Diretor de Arborização Urbana do município de Porto Alegre**. Porto Alegre: SMAM, 2000. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=143>. Acesso em 20 jul 2017.

TORRES, Vladimir S.; HÜBNER, Markus. Florestamento e Reflorestamento Urbano: Consolidando Interesses Sociais e a Ecologia. **Revista Maiêutica: tecnologia em gestão ambiental**, Indaial, v. 01, p. 69-78, 2012.

COINFECÇÃO HIV/SÍFILIS NA GESTAÇÃO E TRANSMISSÃO VERTICAL DO HIV: UM ESTUDO A PARTIR DE DADOS DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Msc Lisiane Morelia Weide Acosta

Enfermeira – SMS – Equipe de Vigilância das Doenças Transmissíveis – Matrícula 323928/01 – lacosta@sms.prefpoa.com.br

Profª. Drª Tonantzin Ribeiro Gonçalves

Psicóloga – Unisinos

Profª. Drª Nêmore Tregnago Barcellos

Medica – Unisinos

Palavras-Chave: Transmissão Vertical; Sífilis; HIV.

OBJETIVO

Estimar a taxa de coinfeção do HIV/sífilis nas gestantes de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, e sua associação com a transmissão vertical do HIV e variáveis socioeconômicas.

Introdução – A literatura mostra que a sífilis é a coinfeção mais prevalente em gestantes portadoras do HIV, podendo, além de eventos vinculados à sua própria morbidade, facilitar a transmissão vertical do HIV. A bibliografia refere estimativas de 10% desta coinfeção e com razão de chances para transmissão vertical maior duas vezes. Em Porto Alegre 2% das gestantes tem HIV e 4% sífilis, contudo não se conhece a taxa da coinfeção HIV/sífilis em gestantes. A cidade possui alta incidência de HIV/Aids, e uma taxa de transmissão vertical de 3% no ano de 2012 a 2014.

MÉTODO

Neste estudo transversal retrospectivo analítico, foram utilizados dados do sistema de vigilância epidemiológica de gestantes portadoras do HIV e crianças expostas e dados da sífilis na gestação e da sífilis congênita no período de 2010 a 2013.

RESULTADOS

A população do estudo incluiu 1.500 gestantes positivas para HIV com partos no período de 2010 a 2013. Dessas, 155 (10,3%) também eram infectadas por sífilis, correspondendo a uma taxa de coinfeção HIV/sífilis de 10,2% ($\pm 1,5\%$) como mostra a Tabela 1.

TABELA 1. Distribuição dos casos e taxas de infecção por HIV e de coinfeção HIV/sífilis entre gestantes por ano de parto, Porto Alegre (RS), Brasil, 2010 a 2013

Variável	Total	Gestantes positivas para HIV	Gestantes com coinfeção HIV/sífilis	P
		No. (%)	No. (%)	
Ano do parto				
2010	320	294 (98,9)	26 (8,1)	0,5
2011	386	343 (88,9)	43 (11,1)	
2012	411	369 (89,8)	42 (10,2)	
2013	383	339 (88,5)	44 (11,5)	
Média ($\pm$ desvio padrão)		336($\pm 31,1$)	39 ($\pm 8,5$)	

Fonte : SINAN NET/SINAN Windows/EVDT/CGVS/SMS/POA

Foi encontrada menor escolaridade no grupo de gestantes coinfectadas, bem como maior prevalência de mulheres negras, como demonstrado na Tabela 2 das características sociodemográficas.

TABELA 2. Características sociodemográficas das gestantes HIV-positivas sem e com sífilis e partos entre 2010 e 2013, Porto Alegre (RS), Brasil

Variável	Gestante HIV-positiva		Razão de prevalência (IC95%)	
	Sem sífilis (n = 1 345)	Com sífilis (n = 155)		
	No. (%)	No. (%)	Bruta	Ajustada
Idade (anos) ^a				
Até 24	619 (46,0)	53 (34,2)	1,5 (0,8 a 2,9)	1,3 (0,6 a 2,8)
25 a 34	547 (40,7)	92 (59,4)	2,7 (1,5 a 5,1)	1,7 (0,8 a 3,5)
35 ou mais	179 (13,3)	10 (6,5)	1	1
Média (± DP) (máximo-mínimo)	27 (± 6,4) (12-46)	25 (± 5,4) (14-38)		
<i>P</i>			<0,001	0,217
Raça/cor/etnia ^a				
Parda/outras	147 (11,5)	16 (10,7)	1,3 (0,8 a 2,1)	1,4 (0,7 a 2,6)
Preta	384 (29,6)	70 (46,7)	2,0 (1,5 a 2,7)	1,7 (1,1 a 2,6)
Branca	763 (58,9)	64 (42,7)	1	1
<i>P</i>			<0,001	0,025
Escolaridade (anos) ^a				
Nenhum	33 (2,7)	7 (5,1)	4,2 (1,5 a 11,9)	1,6 (0,3 a 8,4)
1 a 3	69 (5,7)	12 (8,8)	3,6 (1,4 a 9,2)	2,8 (1,0 a 8,6)
4 a 7	622 (51,3)	92 (67,2)	3,1 (1,4 a 7,0)	2,7 (0,9 a 8,5)
8 a 11	350 (28,9)	20 (14,6)	1,3 (0,5 a 3,2)	1,6 (0,3 a 8,4)
12 ou mais	139 (11,5)	6 (4,4)	1	1
<i>P</i>			<0,001	0,005

^a Ajuste para idade, raça, escolaridade, uso de antirretroviral no parto e infecção da criança.

Fonte: SINAN NET/SINAN Windows/EVDT/CGVS/SMS/POA

A maior exposição ao HIV relacionada ao uso de drogas pelo parceiro e pela gestante. Gestantes com coinfeção HIV/sífilis tiveram diagnóstico do HIV em momentos mais tardios, como no parto, além de maior prevalência de não realização de pré-natal (44%). Na análise bruta foi identificada associação da transmissão vertical do HIV com a presença de coinfeção HIV/sífilis (razão de prevalência= 2,1; IC95%: 1,21 a 3,74; P = 0,01), a qual se manteve na análise ajustada como demonstrado na Tabela 3.

TABELA 3. Prevalência de casos de gestantes HIV-positivas com e sem sífilis com desfechos da exposição da criança ao HIV, Porto Alegre (RS), Brasil, 2010 a 2013

Desfecho (entre crianças com resultados conhecidos) ^a	Desfechos em gestantes HIV-positivas		Razão de prevalências (IC95%)	
	Sem sífilis (n = 993)	Com sífilis (n = 109)		
	No. (%)	No. (%)	Bruta	Ajustada
Infecção e óbito por HIV	44 (4,4)	11 (10,1)	2,1 (1,2 a 3,7)	1,8 (1,0 a 3,3)
Sem infecção e óbito sem relação com HIV	949 (95,6)	98 (89,9)	1	1
<i>P</i>			<0,01	0,03

^aAjuste para idade, raça, escolaridade, uso de ARV no parto e infecção na criança.

Fonte: SINAN NET/SINAN Windows/EVDT/CGVS/SMS/POA

RESULTADOS

A população do estudo incluiu 1.500 gestantes positivas para HIV com partos no período de 2010 a 2013. Dessas, 155 (10,3%) também eram infectadas por sífilis, correspondendo a uma taxa de coinfeção HIV/sífilis de 10,2% ($\pm 1,5\%$) como mostra a Tabela 1. Foi encontrada menor escolaridade no grupo de gestantes coinfectadas, bem como maior prevalência de mulheres negras, como demonstrado na Tabela 2 das características sociodemográficas. A maior exposição ao HIV relacionada ao uso de drogas pelo parceiro e pela gestante. Gestantes com coinfeção HIV/sífilis tiveram diagnóstico do HIV em momentos mais tardios, como no parto, além de maior prevalência de não realização de pré-natal (44%). Na análise bruta foi identificada associação da transmissão vertical do HIV com a presença de coinfeção HIV/sífilis (razão de prevalência= 2,1; IC95%: 1,21 a 3,74; $P = 0,01$), a qual se manteve na análise ajustada como demonstrado na Tabela 3. Conclusão – Um perfil de maior vulnerabilidade foi evidenciado no grupo de gestantes coinfectadas por HIV/sífilis, enfatizando a importância de melhorar o acesso a atendimento qualificado à saúde para impacto positivo do tratamento na redução da sífilis congênita e na eliminação da transmissão vertical do HIV.

CONCLUSÃO

Um perfil de maior vulnerabilidade foi evidenciado no grupo de gestantes coinfectadas por HIV/sífilis, enfatizando a importância de melhorar o acesso a atendimento qualificado à saúde para impacto positivo do tratamento na redução da sífilis congênita e na eliminação da transmissão vertical do HIV.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela disponibilidade da Bolsa Taxa CAPES-PROSUP que possibilitou o ingresso da servidora municipal ao doutorado de Saúde Coletiva da UNISINOS em 2015/2 e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelo financiamento do Projeto TESTAPOA-TV : Avaliação do Teste Rápido na Atenção Primária em Saúde de Porto Alegre na Transmissão Vertical do HIV que embasou esta análise mais avançada com a coinfeção HIV/Sífilis, sendo ambos apoios importantíssimos na integração ensino/serviço.

Referência

ACOSTA, Lisiane M.W.; GONÇALVES, Tonantzin R.; BARCELLOS, Nêmore T. Coinfeção HIV/sífilis na gestação e transmissão vertical do HIV: um estudo a partir de dados da vigilância epidemiológica. *Rev Panam Salud Publicav.* 40, n 6, p. 435–42, 2016.

CONSTRUÇÃO DE NORMA TÉCNICA PARA REMOÇÃO DE NINHOS DE CATURRITAS *MYIOPSITTA MONACHUS*, EM TORRES DE TELEFONIA

Soraya Ribeiro

Bióloga. Mestre em Zoologia, Doutoranda em Diversidade e Manejo da Vida Silvestre. Matrícula: 543230, ribeiro@smam.prefpoa.com.br, Chefe da Equipe de Controle Agrossilvopastoril e Vida Silvestre – SMAMS

Palavra-Chaves: Caturrita; Ninhos; Torres de celular.

OBJETIVO

Criar uma Norma para apresentação de projetos, com vistas a obtenção de autorização para remoção de ninhos de *Myiopsitta monachus* localizados em torres de telefonia.

INTRODUÇÃO

A caturrita *Myiopsitta monachus* é uma espécie silvestre do Brasil, caracterizada como espécie sinantrópica (IBAMA Nº 109 de 2006), sendo que a Lei 9 605/1998 protege os indivíduos e seus ninhos em processo reprodutivo, ou seja, ocupados por ovos e filhotes. A fauna sinantrópica é caracterizada como nociva quando interage de forma negativa com a população humana causando transtornos significativos de ordem econômica ou ambiental, ou que represente risco a saúde pública.

METODOLOGIA

Em 2014 a SMAM realizou um levantamento prévio identificando que cerca de 30% das torres de telefonia de Porto Alegre apresentavam este problema. A presença dos ninhos impede que seja feita a manutenção das torres, muitas vezes prejudicando totalmente a emissão do sinal e danificando o material das antenas, sendo muito solicitada a remoção destes ninhos, entretanto o órgão ambiental é carente de normativas para este trabalho.

Neste sentido, SMAM (atualmente SMAMS) e IBAMA realizaram contato com as operadoras para resolver esta questão, onde as empresas ficariam responsáveis por contratar estudos referentes a este tema. No mês de janeiro de 2016, a SMAM recebeu trabalho realizado por biólogos da empresa Terra Consultoria (2016), contratado pela empresa de telefonia VIVO, a metodologia foi testada em torre da empresa no bairro Moinhos de Vento.

Trata-se de instrumento que visa normatizar a solicitação de autorização de remoção dos ninhos de *Myopsita monachus*, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, localizados em antenas de telefonia celular, torres de iluminação e árvores em situação de risco, dentro dos preceitos de bem estar animal e respeitando a legislação vigente.

Para isto, deverá ser realizado um diagnóstico da situação, deverá ser conduzido um estudo de no mínimo sessenta (60) dias para verificação do tipo de ocupação do ninho, ocorrência de filhotes, ovos ou adultos.

RESULTADO

O projeto piloto foi executado com sucesso, sendo possível a construção da referida norma.

A norma construída foi baseada em estudos técnicos realizados por especialistas sendo a primeira do País para remoção de ninhos de caturrita em torres de celular, o que viabiliza o processo de autorização de manejo. Essa Norma Técnica, aqui chamada de Termo de Referência.

Termo de Referência para avaliação de remoção de ninhos de caturrita, *Myopsita monachus*, em torres de celular.

Determinam os procedimentos para solicitação de Autorização de Remoção de ninhos de caturrita *Myopsita monachus* localizados e antenas de telefonia celular, torres de iluminação e árvores em risco.

O Secretário Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a Lei Nº 9.605 de 1998 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, em seu artigo 29 que fala em matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade. No mesmo artigo,

acrescenta, quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural;

Considerando a Instrução Normativa IBAMA N° 141/2006 que foi criada no intuito de ordenar os critérios de manejo e controle da fauna sinantrópica nociva, sendo que na mesma instrução define:

V – fauna sinantrópica nociva: fauna sinantrópica que interage de forma negativa com a população humana, causando-lhe transtornos significativos de ordem econômica ou ambiental, ou que represente riscos à saúde pública;

VI – manejo ambiental para controle da fauna sinantrópica nociva: eliminação ou alteração de recursos utilizados pela fauna sinantrópica, com intenção de alterar sua estrutura e composição, e que não inclua manuseio, remoção ou eliminação direta dos espécimes;

Considerando a Lei N° 11.520 de 2000, em seu artigo 165 que coloca as espécies de animais silvestres autóctones do Estado do Rio Grande do Sul, bem como os migratórios, em qualquer fase do seu desenvolvimento, seus ninhos, abrigos, criadouros naturais, “habitats” e ecossistemas necessários à sua sobrevivência, são bens públicos de uso restrito, sendo sua utilização a qualquer título ou sob qualquer forma, estabelecida pela presente lei.

Considerando a grande instalação de ninhos de *Myopsita monachus* em torres de celular e torres de iluminação impedindo a manutenção corretiva e preventiva da estrutura o que causa muitas vezes interrupção no sistema e altos custos de reparação;

Considerando a Instalação de ninhos de *Myopsita monachus* em árvores com risco de queda, onde a presença do ninho possa ser um agravante;

Considerando a inexistência de normas que regem este tipo de manejo no âmbito do município e estado.

Resolvem:

Art. 1º Este instrumento visa normatizar a solicitação de autorização de remoção dos ninhos de *Myopsita monachus*, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, localizados em antenas de telefonia celular, torres de iluminação e árvores em situação de risco, dentro dos preceitos de bem estar animal e respeitando a legislação vigente.

Art. 2º. Para fins de diagnóstico da situação, deverá ser conduzido um estudo de no mínimo sessenta (60) dias para verificação do tipo de ocupação do ninho, ocorrência de filhotes, ovos ou adultos.

Art. 3º. Com base no diagnóstico deverá ser elaborado um plano de manejo do ninho constando os seguintes itens:

Situação atual do ninho;

Justificativa para remoção do ninho;

Metodologia de remoção com cronograma;

Plano de segurança operacional enfocando trabalho em altura e insalubridade dos trabalhadores;

Plano de informação aos moradores locais;

Destino dos resíduos;

Destino dos animais que se encontrarem impossibilitados de voar;

Projeto de implantação de estruturas que impeçam a formação de novos ninhos no local;

Anotação de Responsabilidade Técnica do biólogo responsável pelo manejo.

Art. 4º. O documento emitido pela SMAM tem caráter de autorização de manejo de fauna, com validade para o período solicitado no projeto aprovado.

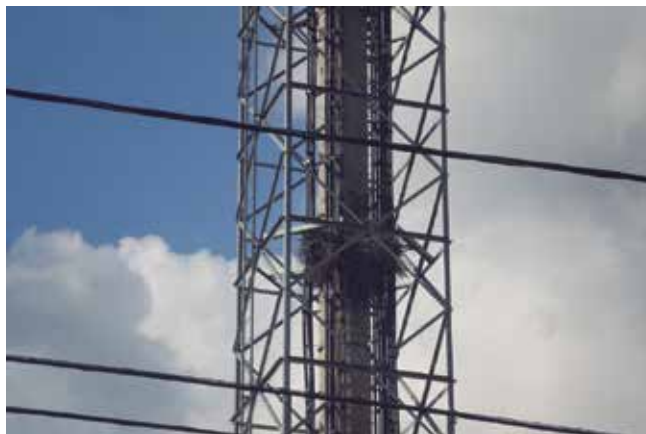
Art. 5º. Após a remoção do ninho, o responsável técnico deverá enviar a SMAM relatório do trabalho realizado no prazo de 30 dias.

Parágrafo Único – O monitoramento de novas instalações deve ser realizado durante duas estações reprodutivas da *Myopsita monachus*, e os relatórios enviados para a SMAM.

Art. 6º. O cronograma para a realização de manejos deverá dar prioridade para remoções fora da época reprodutiva da espécie.

Art. 7º – Esta IN entra em vigor na data de sua publicação.

Figura 1 – Ninho de caturrita em torre de telefonia



Fonte: acervo da autora

Figura 2 – Manejo resíduo infectante



Fonte: acervo da autora

Figura 3 – Caturritas *Myiopsitta monachus*



Fonte: acervo da autora

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.605**, 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso: em: 17 ago. de 2017

BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. **Instrução Normativa Nº 141**, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a Fauna Silvestre Sinantrópica. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/IN0141-191206.PDF>. Acesso: em: 17 ago. de 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. **Instrução Normativa Nº 109**, de 3 de agosto de 2006. [Dispõe sobre o controle da fauna silvestre Sinantrópica.] Brasília. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/IN0109-030806.PDF>. Acesso: em: 17 ago. de 2017

TERRA CONSULTORIA, **Projeto de remoção de ninho inativo de *Myiopsitta monachus* na estação Parcão**, Porto Alegre. 2016.

É PRECISO INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NO PRÉ-NATAL?

Maria da Graça Alexandre

Matrícula nº 541956/01, Fisioterapeuta, matrícula 541956 Especialização em Terapia Intensiva Pediátrica e Neonatal (ASSOBRAFIR), Mestrado em Serviço Social (UFPB), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV), Serviço de Fisioterapia, mgraca@hmipv.prefpoa.com.br

Palavras-Chave: Fisioterapia; Cuidado Pré-Natal; Humanização da Assistência; Parto Humanizado.

OBJETIVO

Apresentar as ações da fisioterapia, desenvolvidas no pré-natal de alto risco do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV), no acompanhamento à gestante e na sua preparação para o parto.

RESUMO

A gestação é um período muito especial na vida de uma mulher, porém o seu corpo passa por uma série de modificações ao longo dos meses sendo necessária a adaptação às novas condições físicas. A preparação do corpo da mulher para a gestação abrange ajustes de variados sistemas, sistema musculoesquelético sofre mudanças significativas.

O Serviço de Pré-Natal de Alto Risco do HMIPV conta com uma equipe multidisciplinar onde se encontra o fisioterapeuta. As ações da fisioterapia nesse serviço são: avaliar e monitorar as alterações físicas decorrentes da gestação; contribuir no sentido de prevenir e melhorar essas mudanças anatômicas e posturais do começo ao fim da gestação; orientar sobre o trabalho de parto e o parto no que tange à adoção de tecnologias não farmacológicas e não invasivas para o alívio da dor e da ansiedade enfocando a manutenção do bem-estar da parturiente e do bebê; estimular a amamentação e orientar como realizá-la.

Primeiramente é realizada uma avaliação individual das gestantes para identificar as condições gerais dos sistemas musculoesquelético, respiratório e vascular para definir como direcionar o acompanhamento nos atendimentos subsequentes.

Em relação aos cuidados com o corpo as orientações abordam as posturas adequadas para realizar as atividades de vida diária e para o repouso sem prejudicar o corpo que está em constante readaptação prevenindo e diminuindo as lombalgias, são realizados exercícios metabólicos e exercícios respiratórios para relaxamento e para propriocepção diafragmática.

Ao atingir o terceiro trimestre da gestação inicia-se a abordagem para a preparação para o parto. Nessa etapa são realizados exercícios para o fortalecimento da musculatura do assoalho pélvico e a conscientização da importância dessa musculatura, exercícios de mobilização pélvica em pé e com auxílio da bola. Também faz parte do trabalho orientar sobre o direito ao acompanhante durante o trabalho de parto, no parto e no alojamento conjunto. Esclarecer o papel do acompanhante e conversar com ele para realizar as orientações da equipe durante o trabalho de parto a fim de proporcionar a parturiente diminuição dos sintomas de desconforto pela dor do parto. Explicar para a gestante o momento pele a pele, que acontece após o nascimento, e a sua importância no sucesso da amamentação. Orientar o melhor posicionamento da mãe e do bebê para a amamentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do profissional fisioterapeuta na equipe multiprofissional no serviço de pré-natal de alto risco almeja minimizar os desconfortos decorrentes da gestação propiciando para as gestantes uma boa qualidade de vida nesse período, bem como valorizar e incentivar a postura ativa da parturiente durante o trabalho de parto, no parto e no puerpério.

Bibliografia consultada

BAVARESCO, Gabriela Zanella; SOUZA, Renata Stefânia Olah de; ALMEICA, Berta; SABATINO, José Hugo; DIAS, Mirella. O fisioterapeuta como profissional de suporte à parturiente. **Ciência & Saúde Coletiva**: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 3259-3266, jul, 2011.

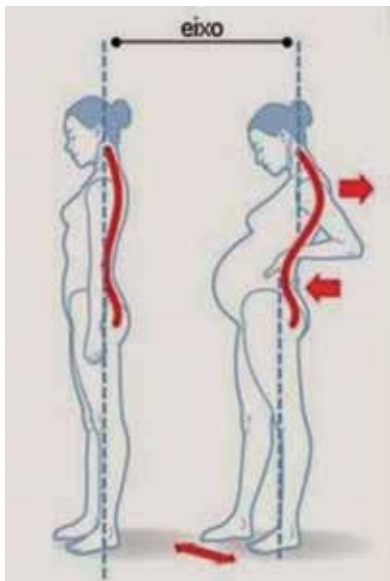
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Parto, aborto e puerpério**: assistência humanizada à mulher. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica da Mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRAZ, Melissa M. et al. Bola do nascimento: recurso fisioterapêutico no trabalho de parto. **Revista do Departamento de Educação Física e Saúde e do Mestrado em Promoção da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul** / UNISC, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 4, p. 168-175, out/dez, 2014.

CUNHA, Maria Lúcia K. **Orientações para acompanhantes das parturientes**: uma proposta de educação na saúde. 2007. 42 fl. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Enfermagem, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

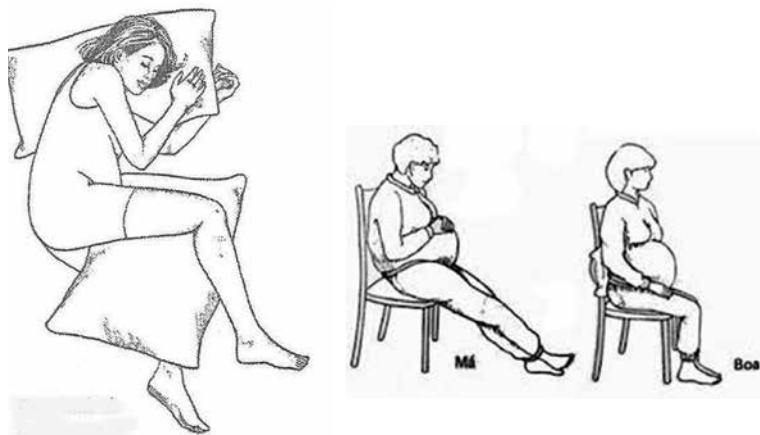
RAMOS, Andréia V. B., ALMEIDA, Carla S. A gestação no segundo trimestre de usuárias da clínica de saúde da mulher e o papel da fisioterapia. **Movimento e Saúde – Revista Inspirar**, Curitiba, v. 4, n. 21, p. 1-5, nov/dez, 2012.

Figura 01 – Alteração postural na gestação



Fonte: acervo da autora

Figura 02 – Posturas para o repouso



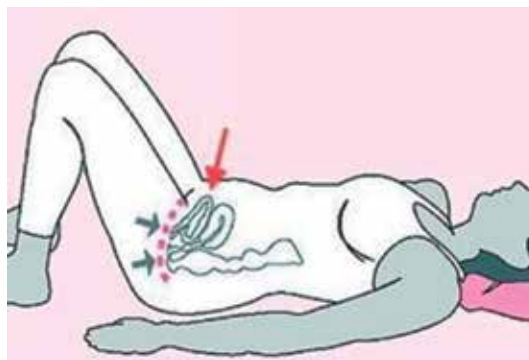
Fonte: acervo da autora

Figura 03 – Exercícios metabólicos



Fonte: acervo da autora

Figura 04 – Exercícios para a musculatura do assoalho pélvico



Fonte: acervo da autora

Figura 05 – Exercícios com a bola



Fonte: acervo da autora

Figura 06 – Cooperação do acompanhante no alívio da dor



Fonte: acervo da autora

Figura 07 – Posições para amamentação



Fonte: acervo da autora



Fonte: acervo da autora

GRUPO DE APOIO AOS PAIS/CUIDADORES DA UTI NEONATAL DO HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS (HMIPV/SMS)

Denise Borba Narciso

Terapeuta Ocupacional 349474 – HMIPV/ SMS

E-mail: denisebn@hmipv.prefpoa.com.br

Sandra Corrêa da Silva

Psicóloga Matrícula 268103 – HMIPV/SMS

Palavras-chave: Acolhimento; Recém-Nascidos; UTI Neonatal.

OBJETIVO

Oferecer um espaço de acolhimento e reflexão às mães, pais e cuidadores de recém-nascidos hospitalizados na UTI Neonatal, visando amenizar os sentimentos de ansiedade e medos pela internação do bebê, contribuindo no processo de construção da maternidade e da paternidade (parentalidade).

RESUMO

O Grupo ocorre semanalmente na sala de convivência da UTI Neonatal do HMIPV, no horário de 12h30 às 13h30, com os pais/cuidadores presentes na unidade. É coordenado pela psicóloga e terapeuta ocupacional, podendo contar com a participação de outros profissionais da equipe. Os pais são convidados e estimulados a participarem da atividade, interagindo entre si e com a equipe, e orientados nas demandas constituídas no próprio grupo. Nesse espaço é trabalhada a situação familiar pontuando as características da imagem da gestação ideal e real, configurando os cuidados necessários para o recém-nascido, sendo importante reafirmar o processo de maternidade/paternidade. São fornecidas orientações relacionadas à formação de vínculo e cuidado com os bebês e reorganização familiar frente à chegada de um novo membro. Como instrumento de apoio para a realização dessa atividade são utilizados também vídeos, textos, contação de histórias e oficinas temáticas.

Figura 1 – Foto autorizada para publicação da mãe e bebê



Fonte: Denise Borba Narciso – Terapeuta Ocupacional

Figura 2 – Foto autorizada: Terapeuta Ocupacional Ana Cristina Nunes – convidada



Fonte: Denise Borba Narciso – Terapeuta Ocupacional

RESULTADOS

Com este trabalho consegue-se:

- Constituir um espaço de acolhimento e escuta das dúvidas, ansiedades e angústias do núcleo familiar auxiliando na sua organização;
- A humanização do cuidado, respeitando a individualidade de cada situação;
- A efetivação do vínculo pais/cuidadores e bebês tendo em vista que o cuidado se constitui como diferente do imaginado pela família;
- Uma interação mais colaborativa entre familiares e equipe;
- Estímulo ao aleitamento materno e ao contato pele a pele;
- Orientação à própria equipe sobre as especificidades de cada família;
- Articulação com a rede de saúde e assistência de referência de cada família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, além de ter um cunho terapêutico, constitui-se como potencializador na atenção aos pacientes, promovendo a relação interdisciplinar e uma melhor percepção sobre a realidade de cada família.

Agradecimentos

Equipe da UTI Neonatal do HMIPV.

Pais e cuidadores de bebês da UTI Neonatal do HMIPV.

Bibliografia consultada

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso: Método Canguru**. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Conheça a Rede Cegonha** (folder). Brasília: Editora MS/CGDI/SAA, 2013.

MORRO SÃO PEDRO: IMPORTANTE PRODUTOR DE ÁGUA DOCE DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

Soraya Ribeiro

Bióloga, matrícula 54323, Setor de Controle Agrossilvopastoril de Vida Silvestre da SMAMS – ribeiro@smam.prefpoa.com.br

Maria Carmen Sestren Bastos

Bióloga, matrícula 555950, Refúgio de Vida Silvestre São Pedro e Reserva Biológica do Lami, SMAMS

Palavras Chave: Morro São Pedro; Nascentes; Área de Preservação Permanente.

OBJETIVO

Mapear as nascentes do Morro São Pedro e o estado de conservação das suas áreas de preservação permanente.

INTRODUÇÃO

O Morro São Pedro é o maior fragmento de Mata Atlântica do Município de Porto Alegre, possuindo na sua área nascentes de importantes cursos d'água. Para mapear essas nascentes e verificar o seu estado de conservação foi contratado um estudo que se utilizou de mapeamento por Sistemas de Sensoriamento Remoto e conferência a campo para mapear as nascentes e suas áreas de preservação permanente.

DESCRIÇÃO

A crise na qualidade e quantidade da água doce no mundo é fato real, em Porto Alegre não é diferente. Além da diminuição na qualidade, especialmente, causada por lançamentos de esgotos, a diminuição na quantidade de água é outra variável a ser observada, provocada pela degradação de nascentes e áreas de recarga de aquíferos. O Morro São Pedro, localizado na Zona Extremo Sul da Cidade, possui o maior fragmento de Mata Atlântica do Município. Esse local foi apontado pela Portaria Ministério do Meio Ambiente 09 de 2007 como Área Prioritária para Conservação, também apontado em Processo de Licenciamento Ambiental como local para implantação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, pelo fato de possuir em seu território parte das nascentes do Arroio do Salso e Lami, importantes sub-bacias do Lago Guaíba. Para o planejamento da Unidade de Conservação, foram realizados estudos ambientais e o mapeamento das nascentes no Morro, por meio da contratação das empresas Geocenter a Empresa de Pesquisa e Tecnológica. O mapeamento apontou para a presença de 271 nascentes em uma área de 3.162,79 ha, sendo 8 nascentes do Arroio Fiuza, 138 do Arroio do Salso e 125 do Arroio Lami. Também foi caracterizado o uso do solo no raio de APP de 50 metros de cada nascente. Esses estudos embasaram o planejamento do Refúgio de Vida Silvestre São Pedro, que tem como objetivos proteger fauna e flora e um grande percentual dessas nascentes. O mapeamento dessas nascentes também serve de balizador para aquisição de novas áreas a serem incorporadas ao Refúgio de Vida Silvestre São Pedro. A política de Recursos Hídricos deve abordar especialmente a conservação da água, suas fontes naturais e processos, mantendo qualidade e quantidade de águas. Recomenda-se que sejam adotadas políticas de conservação de nascentes e áreas de recarga, valendo-se para isto da transferência de incentivos, pagamento de serviços ambientais e criação de Unidades de Conservação em áreas alvo.

RESULTADOS

O mapeamento apontou 271 nascentes, colocando o Morro São Pedro como importante área de produção de água do Município de Porto Alegre. Este estudo confirma a grande importância desse local para a preservação e conservação ambiental, especialmente na manutenção da qualidade e quantidade de água doce disponível. Com esses dados, ações de conservação devem ser direcionadas ao local, bem como a captação de recursos por meio de projetos específicos.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos, nascentes mapeadas e avaliadas suas Áreas de Preservação Permanente, são importantes instrumentos de planejamento e gestão da unidade, serve de diretriz para a ampliação da área protegida e na captação de recursos em projetos de conservação.

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 9, de 23 de janeiro de 2007. [Dispõe sobre as áreas prioritárias para conservação.]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24.01.2007. p. 55. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portaria_mma_092007.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2107.

GEOCENTER; EPT. **Mapeamento das Nascentes do Morro São Pedro**: relatório final. Porto Alegre: 2015.

QUALIFICAÇÃO DA REDE DE FRIO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Patrícia Couto Wiederkehr

Enfermeira, SMS/ Equipe de Vigilância das Doenças Transmissíveis, matrícula 21505603

Raquel Borba Rosa

Enfermeira; Mestre em Enfermagem (UFRGS), SMS/Equipe de Vigilância das Doenças Transmissíveis, matrícula 56347202

Raquel Cristine Barcella

Enfermeira, Especialista em Enfermagem Obstétrica (ESP-RS). Coordenadora do Núcleo de Imunizações da Prefeitura de Porto Alegre. SMS/Equipe de Vigilância das Doenças Transmissíveis, matrícula 46886401

Olino Ferreira

Técnico de Enfermagem, SMS/Equipe de Vigilância das Doenças Transmissíveis, matrícula 100901002

Ceura Beatriz Cunha Goularte

Técnica de Enfermagem; SMS/Equipe de Vigilância das Doenças Transmissíveis, matrícula 96324301

Melissa Soares Pires

Auxiliar de Enfermagem; SMS/Equipe de Vigilância das Doenças Transmissíveis, matrícula 45038001

Júlio Cesar Conceição de Barros

Auxiliar de Enfermagem, SMS/Equipe de Vigilância das Doenças Transmissíveis, matrícula 49267201

Douglas Antunes Josefino

Estagiário de Enfermagem da Prefeitura de Porto Alegre, SMS/Equipe de Vigilância das Doenças Transmissíveis, matrícula 18501064

Maxuel Cruz dos Santos

Estagiário de Enfermagem da Prefeitura de Porto Alegre, SMS/ Equipe de Vigilância das Doenças Transmissíveis, matrícula: 133326701
Contato: vacinapoa@gmail.com

Palavras-Chave: Imunização; Vacinas; Refrigeração; Enfermagem.

OBJETIVO

Relatar o processo de qualificação da Rede de Frio nas salas de vacinas da rede pública no município de Porto Alegre.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, realizado pelo Núcleo de Imunizações do Município de Porto Alegre, no período de 2015 à 2017.

DESCRIÇÃO

O Brasil possui um dos programas de imunizações mais completos do mundo, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), sendo pioneiro na implantação de algumas vacinas. Contudo, ainda existem muitas carências em salas de vacina, principalmente, relacionadas à conservação de imunobiológicos (BRASIL, 2013; RAGLIONE, 2016).

O PNI é composto por uma equipe técnico-administrativa e a Rede de Frio faz parte desse processo de trabalho por meio de normatização, planejamento, avaliação e financiamento que almeja à manutenção adequada da cadeia de frio, com o propósito de preservar a estabilidade dos imunobiológicos (BRASIL, 2013; OLIVEIRA, 2014).

Os Imunobiológicos são produtos farmacológicos produzidos a partir de micro-organismos vivos, subprodutos ou componentes, capazes de imunizar de forma ativa ou passiva. As vacinas são sensíveis ao calor, ao frio e à luz. Desse modo, para manter o seu potencial, devem ser acondicionadas, transportadas, organizadas, monitoradas, distribuídas e administradas corretamente (OLIVEIRA, 2013).

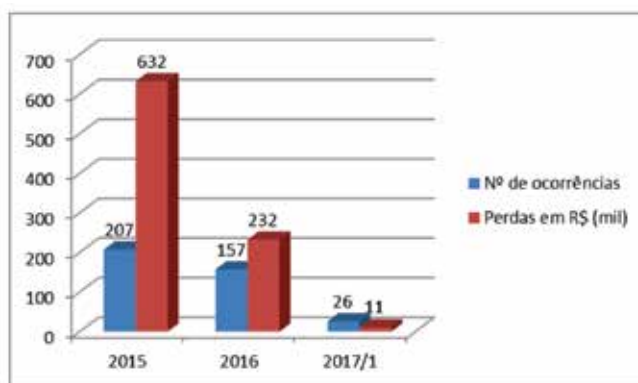
No ano de 2014, as unidades de saúde que receberam geladeira doméstica modelo frost free, originalmente projetadas para a conservação de alimentos e produtos que não demandam precisão no ajuste de temperatura, apresentaram grandes variações na conservação dos Imunobiológicos, inviabilizando a utilização dos mesmos. Por longos períodos, algumas salas de vacinas ficaram fechadas, por não atenderem aos critérios de conservação dos produtos, gerando impacto negativo na cobertura vacinal da cidade. Iniciou-se, então, um processo para aquisição de câmaras científicas, visando à conservação dos Imunobiológicos, conforme recomendado pelo Programa Nacional de Imunizações. O recurso financeiro liberado pelo município, em 2015, foi suficiente para equipar 70 salas de vacinas, o equivalente à metade das salas existentes no município.

Em 2016, iniciou-se uma nova compra de 88 câmaras para conservação de imunobiológicos, possibilitando, até março de 2017, a qualificação de 100% das unidades com salas de vacinas, além das farmácias distritais, laboratórios municipais e a Central Municipal de Distribuição de Imunobiológicos.

RESULTADOS

Além da substituição das geladeiras domésticas por câmaras científicas, o processo de qualificação da rede de frio das salas de vacinas no município contou com a capacitação das equipes para o uso adequado dos novos equipamentos. Desde o início do processo, identificou-se a queda gradativa do número de ocorrências por alteração de temperaturas. Da mesma forma, o total de perdas de imunobiológicos foi diminuindo progressiva e simultaneamente à substituição dos equipamentos domésticos no município, reduzindo cerca de 98,2% o custo com perdas de vacinas no primeiro semestre de 2017 em relação ao ano de 2015 conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1. Ocorrência e Perdas de Imunobiológicos de 2015 a 2017



Fonte: SI-PNI NI/EVDT/CGVS/ SMS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As unidades de saúde do município de Porto Alegre se qualificaram de modo a garantir a conservação adequada dos imunobiológicos. Todavia, se faz necessária também a educação permanente das equipes, abordando as normas de conservação de imunobiológicos e um plano de manutenção preventiva/corretiva dos equipamentos pelos gestores municipais.

Figura 1 – Câmaras de conservação para Imunobiológicos.



Fonte: acervo dos autores

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual de rede de frio**/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. 4º .ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

OLIVEIRA, Valéria Conceição de et al . Conservação de vacina em unidades públicas de saúde: uma revisão integrativa. **Rev. Enf. Ref.**, Coimbra , v. serIII, n. 9, p. 45-54, mar. 2013 .

OLIVEIRA, Valéria Conceição de et al . Avaliação da qualidade de conservação de vacinas na atenção Primária à saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 9, p. 3889-3898, Sept. 2014 .

RAGLIONE, Dante et al . Avaliação da rede de frio para conservação de vacinas em unidades básicas de saúde das regiões Sul e Centro-Oeste do município de São Paulo em 2011-2012. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 25, n. 1, p. 65-74, mar. 2016 .

SERVIÇO DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE SEXUAL (SAISS): SERVIÇO DE REFERÊNCIA EM DISFUNÇÕES SEXUAIS, VIOLÊNCIA SEXUAL E ABORTO LEGAL DO HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS/ PMPA

Angela Ester Ruschel
Psicóloga, matrícula 53881702, HMIPV/SMS/PMPA

Jane Iândora Heringer
Psicóloga, matrícula 53967602, HMIPV/SMS/PMPA

Cristina Ana Dalla Nora
Enfermeira, matrícula 53931701, HMIPV/SMS/PMPA

Mirian Fatima Zanatta
Assistente social, matrícula 53931701, HMIPV/SMS/PMPA

Elia Fabian Daitx
Enfermeira, matrícula 50321902, HMIPV/SMS/PMPA

Sandra Cristina P. Scalco
Médica ginecologista, matrícula 104776001, HMIPV/SMS/PMPA
E-mail: angelaer@hmipv.prefpoa.com.br

Palavras Chave: Saúde Sexual; Violência Sexual; Aborto Legal; Assistência Integral.

OBJETIVO

Apresentar o trabalho especializado e de referência da equipe interdisciplinar do Serviço de Atenção Integral em Saúde Sexual (SAISS) que realiza atendimento em saúde sexual feminina, violência sexual (VS) e aborto legal (AL) do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas/ PMPA.

DESCRIÇÃO

O Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV) por seu perfil e missão, vem aprimorando e aprofundando o modo de atender a saúde das mulheres. A equipe interdisciplinar do SAISS acolhe e acompanha mulheres com disfunções sexuais, portadoras de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) gestantes ou não, vítimas de violência sexual e realiza avaliações para Aborto Legal de gravidez decorrente de estupro, previsto no Código Penal Brasileiro de 1940 e normatizado pelo Ministério da Saúde.

A equipe é composta por uma médica ginecologista, duas psicólogas, duas enfermeiras e uma assistente social. Dos atendimentos realizados, as situações de violência sexual são, na maioria das vezes, as mais urgentes. Sabe-se que a violência sexual é uma das manifestações da violência de gênero mais cruéis e persistentes (BRASIL, 2012). No Brasil, em 2014, mais de 50.000 mulheres foram sexualmente violentadas (IPEA), sendo que um dos agravos resultantes dessa violência pode ser uma gravidez. Na equipe do SAISS, o primeiro acolhimento é realizado pela enfermagem, e tem por finalidade conhecer a situação de violência sofrida, o estado atual da paciente e o percurso da vítima pelos serviços de saúde. No processo de avaliação de Aborto Legal são agendadas consultas, em tempo breve, para avaliação e acompanhamento ginecológico e psicológico. Pacientes adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade social são atendidas também pela assistente social. A equipe interdisciplinar se reúne para discussão dos casos e elaboração conjunta do parecer técnico com vistas à realização do Aborto Legal nesse hospital. O atendimento às mulheres vítimas de violência sexual que desejam interromper a gestação exige brevidade e atendimento humanizado, a fim de encaminhar o procedimento com o menor tempo gestacional possível e minimizar os danos físicos e emocionais.

A equipe do SAISS se propõe a acompanhar, pelo período de seis meses, as mulheres vítimas de violência acolhidas no serviço, sendo realizado o rastreio de IST (0,3 e 6 meses após a violência) e o atendimento psicológico e social necessários. Nas situações de gravidez decorrente de estupro em que não é realizado o Aborto Legal, as mulheres são encaminhadas para acompanhamento pré-natal e orientadas quanto aos seus direitos legais, inclusive sobre a possibilidade de consentimento para adoção.

O SAISS funciona em horário comercial, no 5º andar do bloco C do HMIPV, e o Centro Obstétrico do hospital faz o atendimento emergencial de vítimas de violência sexual, 24 horas por dia. É importante ressaltar, que todas as mulheres expostas a esse tipo de situação devem buscar atendimento de saúde com a maior brevidade possível, até 72 horas após a violência, para receber medicação profilática para IST/ HIV e a anticoncepção de urgência.

RESULTADOS

O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (WHO, 2002), reconhece a violência sexual e a define como:[...] “qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejadas, ou atos direcionados ao tráfico sexual ou, de alguma forma, voltados contra a sexualidade de uma pessoa usando a coação, praticados por qualquer pessoa independentemente

de sua relação com a vítima, em qualquer cenário, inclusive em casa e no trabalho, mas não limitado a eles (p. 148)”. A violência sexual é um problema de saúde pública não apenas por sua elevada ocorrência, mas pelos agravos para a saúde, que podem incluir traumatismos físicos severos, morte, doenças sexualmente transmissíveis (IST) e danos psicológicos intensos, por vezes irreparáveis, tais como transtornos da sexualidade, suicídio, depressão, bulimia, anorexia, ou dificuldades afetivas e de relacionamento (DREZZET E PEDROSO, 2012). Embora a legislação brasileira permita a realização de aborto para vítimas de estupro, ter acesso a esse procedimento não é uma garantia para as mulheres. Há muitas dificuldades para realizá-lo no País: poucas instituições cadastradas; composição e manutenção de equipes capacitadas; alegações de objeção de consciência; moralidades declaradas ou subjacentes; falta de informações sobre os direitos e serviços de referência existentes. O HMIPV, por intermédio do SAISS, oferece às mulheres que sofreram violência sexual e às que enfrentam uma gravidez decorrente de estupro, o acesso ao seu direito com uma atenção especializada e humanizada, inclusive com a possibilidade de interrupção legal da gestação, conforme preconiza a Norma Técnica “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes”

Figura 1 – Equipe SAISS/HMIPV



Fonte: Arquivo das autoras

Figura 2 – HMIPV



Fonte: Arquivo das autoras

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento**. Brasília, DF, 2005b. Norma técnica. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) – (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Caderno nº 4)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. 2. ed. Brasília, DF, 2005a. Norma técnica. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) – (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Caderno nº 6).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. 3. ed. atual. e ampl. Brasília, DF, 2012a. Norma Técnica. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Caderno n. 6)

DREZZET, J.; PEDROSO, D. Aborto e violência sexual. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 2, p. 35-38, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo>>. Acesso em : 29 de junho de 2017.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on violence and health**. Genebra, 2002. 334 p. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/publications/2002>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: www.ipea.gov.br . Acesso em: 29 jun. 2017.

UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR: ATENDIMENTO CONJUNTO EM NUTRIÇÃO E TERAPIA OCUPACIONAL À GESTANTE COM DIABETE MELLITUS NO HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS – HMIPV/SMS

Denise Borba Narciso

Terapeuta Ocupacional matrícula 349474 – Especialização em Práticas Pedagógicas em Serviços de Saúde (UFRGS) – HMIPV/SMS

E-mail: denisebn@hmipv.prefpoa.com.br

Sandra Mara Barbosa de Souza

Nutricionista 295477- Especialização em Nutrição Clínica (UFPE) – HMIPV/SMS

Palavras-Chave: Atendimento Conjunto; Gestação; Diabetes Mellitus.

OBJETIVO

Esse atendimento conjunto tem como abordagem terapêutica a ênfase na escuta, acolhimento, orientação e intervenção de forma pactuada com a paciente, para ajudar na mudança de hábitos e rotinas facilitando a adaptação à adversidade causada pelo Diabetes Mellitus, buscando amenizar os agravos à saúde da mãe e do bebê.

RESUMO

O Pré-Natal de Alto Risco (PNAR) é um serviço que presta atendimento multiprofissional ambulatorial às gestantes de Porto Alegre e região Metropolitana, devido a doenças prévias ou próprias da gestação. A proposta deste trabalho é prestar atendimento conjunto de nutrição e terapia ocupacional às gestantes com Diabetes Mellitus. Destaca-se a organização das rotinas alimentares e de vida diária, entendendo que a terapia nutricional e o engajamento da gestante no cuidado são ações que estão inseridas na principal estratégia de tratamento neste pré-natal.

RESULTADOS

Com este trabalho busca-se: a contribuição para o bem-estar materno e principalmente fetal; a conscientização da paciente sobre a patologia; a corresponsabilidade no tratamento e modificação de hábitos e rotinas diárias e alimentares; o resgate da qualidade de vida da paciente e consequentemente, de sua família.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho, além de ter um cunho terapêutico, se constitui em potencializador na atenção aos pacientes, promovendo a relação interdisciplinar e uma melhor percepção sobre a realidade de cada família.

Agradecimentos

Equipe do Pré-Natal de Alto Risco do HMIPV.

Referências

CYRINO, A.P.; SCHRAIBER, L.B.; TEIXEIRA, R.R. Education for type 2 diabetes mellitus self-care: from compliance to empowerment. *Rev. Int. – Com., Saúde, Edu.* v.13, n.30, July/Sept.2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832009000300009>. Acesso em: 30.jun.2017.

ANÁLISE COMPARATIVA DAS REFERÊNCIAS DE NÍVEIS DO LAGO GUAÍBA E AS CONSEQUÊNCIAS SOBRE A CIDADE DE PORTO ALEGRE

Augusto Renato Ribeiro Damiani

Engenheiro Civil, Msc. Engenheiro Civil – Recursos Hídricos (IPH/UFRGS), DEP/PMPA. augustodamiani@gmail.com

Palavras-chaves: Cheia; Máxima; Impacto; Cidade.

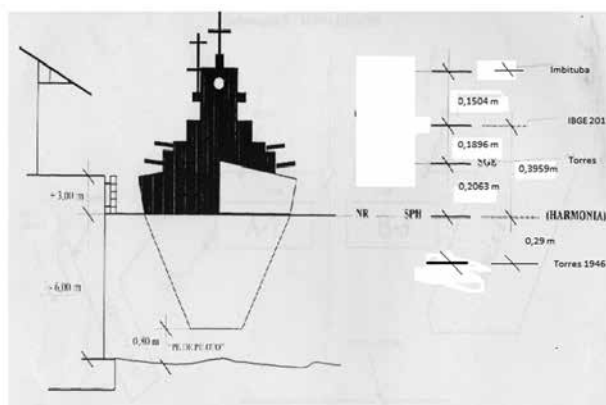
INTRODUÇÃO

Segundo IBGE, 1990, o estudo e monitoramento da altimetria no Brasil tiveram início em 1946 com a implantação do Marégrafo de Torres e este foi estabelecido como a referência nacional de nível, sofrendo diverso ajuste ao longo dos anos. Hoje sob a gestão do IBGE.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada inicialmente foi estabelecer, por meio do auxílio da Cartografia do Município de Porto Alegre, a correlação entre os diversos Datum, tendo por origem a régua do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), na praça da Harmonia, hoje Centro Histórico de Porto Alegre, com os registros históricos em prédios da cheia de 1941 e o ajuste da curva de cheia máxima do Guaíba para o RN IBGE-2011, 1788A.

Diagrama 01 – Relação das diversas referências de nível

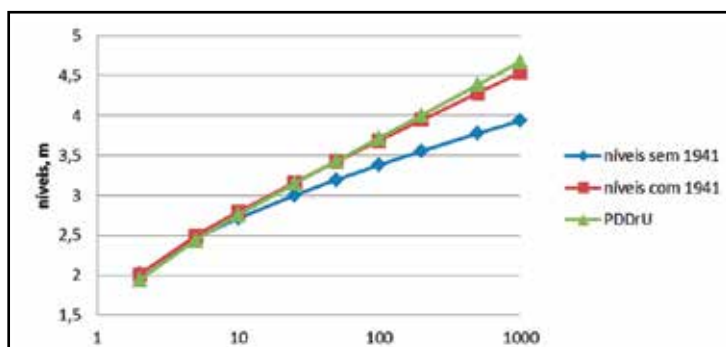


Fonte: DEP/PMPA

CONCLUSÃO

Apresentamos o gráfico de ajuste de níveis máximos para a régua do posto da Harmonia, para “data” zero da harmonia.

Gráfico 1 – Curvas de níveis máximos ajustados



Fonte: DEP/PMPA

Apresentamos na tabela a seguir a conversão da curva de níveis máximos ajustada ao lago Guaíba na régua do SPH, considerando o Zero da Praça da Harmonia como referência e convertendo os valores para o "Data" do IBGE 2011, no RN 1788A:

Tabela 01 – Correlação de níveis máximos

TR anos	IBGE (2011) m	Pça da Harmonia/ DNOS m
10	2,39	2,79
100	3,29	3,69
500	3,89	4,29

Fonte: DEP/PMPA

Referência

BRASIL. Marinha do Brasil. **Descrição de estação maregráfica F-43 – Padrão - Praça da Harmonia - 60325 - Versão 1/2011**. Disponível em: [https://www.mar.mil.br/dhn/chm/box-estacoes-fluviometricas/40Guaiba/60325%20-%20Praça%20da%20Harmonia%20-%20Rio%20Guaiba%20\(F-43\)V1-11.pdf](https://www.mar.mil.br/dhn/chm/box-estacoes-fluviometricas/40Guaiba/60325%20-%20Praça%20da%20Harmonia%20-%20Rio%20Guaiba%20(F-43)V1-11.pdf) Acesso em: 21 ago. de 2017.

PROJETO DE RENOVAÇÃO DA ILUMINAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO

Gabriel Russo Ferreira

Arquivista, matrícula 5399299 – AHPAMV / CMC / SMC – Especialista em Gestão de Arquivos/UFSM – gabriel.russo@smc.prefpoa.com.br

Fábio Frota Espíndola

Arquiteto, matrícula 292191 – EPAHC / CMC / SMC

Andreo Vinicius Henzel Felix

Engenheiro Eletricista, matrícula 1247018 – ASSEPRO / CGATA / SMS

Palavras-Chave: Iluminação; Luminárias; Lâmpadas; LED; Arquivo.

OBJETIVO

Este projeto visa demonstrar a necessidade e as vantagens da substituição das lâmpadas fluorescentes por luminárias e lâmpadas do modelo LED, nos ambientes internos e externos do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV) em conformidade com as especificações técnicas constantes nas recomendações dos órgãos técnicos nele apresentadas.

DESCRIÇÃO

Apresentação das recomendações técnicas referentes a iluminação pelos órgãos técnicos especializados e das propostas para o AHPAMV e PMPA:

- Apresentação das recomendações técnicas do Arquivo Nacional Brasileiro, por meio da Câmara Técnica de Preservação de Documentos, do Conselho Nacional de Arquivos (<http://conarq.gov.br/index.php/ctpd>), no que diz respeito às condições de iluminação dos ambientes de armazenamento e os de uso (técnico ou consulta) de acervos arquivísticos; em sua publicação Recomendações para a construção de Arquivos (ARQUIVO NACIONAL. CONARQ, 2000).
- Apresentação das recomendações técnicas do Arquivo Nacional Brasileiro, por meio da Câmara Técnica de Preservação de Documentos, do Conselho Nacional de Arquivos (<http://conarq.gov.br/index.php/ctpd>), no que diz respeito às condições de iluminação dos ambientes de armazenamento e os de uso (Técnico ou consulta) de acervos arquivísticos; em sua publicação Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo (CONARQ, 2005, p.12).
- Apresentação das recomendações técnicas do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL), pertencente ao Ministério de Minas e Energia (MME), quanto a melhora da eficiência energética dos prédios públicos apresentadas no GUIA PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS e as apresentadas, também, no formato compacto do guia; intitulado O QUE FAZER PARA TORNAR MAIS EFICIENTE O USO DE ENERGIA ELÉTRICA EM PRÉDIOS PÚBLICOS.
- Apresentação das recomendações técnicas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, quanto a recomendação ao uso de lâmpadas do modelo LED apresentadas no Guia sobre uso das lâmpadas LED (INMETRO, 2016).
- Apresentação de IMAGENS, meramente ilustrativas, de modelos de luminárias e lâmpadas de iluminação (Conforme o guia O que fazer para tornar mais eficiente o uso de energia elétrica em prédios públicos do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL):
- Apresentação do QUANTITATIVO DE LUMINÁRIAS LED E LÂMPADAS LED (DE ROSCA) POR AMBIENTE INTERNO DO AHPAMV.
- Apresentação de PROPOSTA PARA ILUMINAÇÃO TOTAL DA ÁREA EXTERNA DO AHPAMV E EPAHC; acompanhada de PLANTA DE RECOMENDAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DOS POSTES ALTOS COM LUMINÁRIAS LED NA ÁREA EXTERNA DO AHPAMV E EPAHC.

Imagens, meramente ilustrativas, de modelos de luminárias e lâmpadas de iluminação:

(Conforme o guia “O que fazer para tornar mais eficiente o uso de energia elétrica em prédios públicos” do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL), 2014.

Figura 01 – Luminária ineficiente modelo T12 com lâmpadas fluorescentes



Fonte: CEPEL, 2014

Figura 02 – Luminária eficiente de LED para uso interno



Fonte: CEPEL, 2014

Figura 03 – Lâmpada a LED (bocal de rosca)



Fonte: CEPEL, 2014

Figura 04 – Modelo (Meramente ilustrativo) de luminária de LED para uso externo (Pátio)



Fonte: CEPEL, 2014

RESULTADOS ESPERADOS

Obtenção de aumento da eficiência energética na iluminação **gerando uma economia, em torno de 35%**, no custo mensal /anual com o consumo.

Preservação da documentação histórica, de guarda permanente, em suporte papel, conforme as recomendações da Câmara Técnica de Preservação de Documentos do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Preservação da saúde dos servidores, demais trabalhadores e usuários do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho com a melhora das condições ambientais.

Preservação do meio ambiente no descarte das lâmpadas de LED, devido a não possuírem o elemento químico mercúrio em sua composição como as lâmpadas fluorescentes e vida útil maior.

Agradecimentos / Colaborações

Maria Tereza Zatti

Vera Lucia Santos dos Santos

Referências

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos. **Recomendações para a construção de Arquivos**. Rio de Janeiro: O Conselho, 2000.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos. **Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo**. Rio de Janeiro: O Conselho, 2005. 20 p.

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA. **Guia para eficiência energética nas edificações públicas**. Rio de Janeiro: CEPEL, 2014. 229 p.

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA. **O que fazer para tornar mais eficiente o uso de energia elétrica em prédios públicos**. Rio de Janeiro: CEPEL, 2014. 18 p.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA. **Lâmpada LED**. Rio de Janeiro: INMETRO, 2016. 8. p.

O CREA-RS E A ASTEC INCENTIVAM AS ATIVIDADES DA ÁREA TECNOLÓGICA. **AGORA É A HORA DE VALORIZAR OS RESULTADOS DO TRABALHO DESSES PROFISSIONAIS.**

O CREA-RS, em conjunto com a Astec, acredita que o crescimento da cidade e do Estado passa pela valorização e defesa da área técnica. O nosso compromisso é garantir que obras e serviços sejam executados por profissionais habilitados.



VALORIZAÇÃO E DEFESA DA ÁREA TECNOLÓGICA



CREA-RS

Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Rio Grande do Sul



ASTEC – ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Gestão 2017/2018 – Respeito e Valorização Profissional

Rua Barão do Triunfo, 419 – Conj. 304 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre – CEP 90130-101
Tel.: (51) 3217-2921 3219-6666 99629-1075

E.mail: atendimento@astecmpa.com.br

Website: www.astecmpa.com.br

Facebook: www.facebook.com/astecmpa

Apoio:

